

2. O retorno de Getúlio Vargas: debates sobre política imigratória e a fundação do Instituto Nacional de Imigração e Colonização

Amanda Pereira dos Santos

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SANTOS, A. P. O retorno de Getúlio Vargas: debates sobre política imigratória e a fundação do Instituto Nacional de Imigração e Colonização. In: *Selecionar, controlar e distribuir: o Instituto Nacional de Imigração e Colonização e a política imigratória brasileira (1952-1955)* [online]. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022, pp. 63-149. ISBN: 978-65-5954-244-4.
<https://doi.org/10.7476/9786559542444.0004>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

2

O RETORNO DE GETÚLIO VARGAS: DEBATES SOBRE POLÍTICA IMIGRATÓRIA E A FUNDAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

O segundo governo Vargas (1951-1954)

Getúlio Vargas, afastado do poder pelos militares que, em 1945, determinaram o súbito término do Estado Novo, contou com amplo apoio popular e foi eleito para o Senado por dois estados, Rio Grande do Sul e São Paulo, assumindo em dezembro de 1946. O ex-presidente adotou uma postura conciliatória em relação aos seus adversários, liderados por políticos da União Democrática Nacional (UDN) que mantiveram sua oposição ao Estado Novo. Diante das críticas, Vargas realizou um extenso discurso no Senado a fim de justificar o golpe de 1937 como a única alternativa que se mostrou capaz de impedir uma possível guerra civil. De acordo com Skidmore (2010, p.108), essa estratégia política revelou-se profícua a partir de 1949 e Vargas conseguiu mudar gradativamente sua imagem de “o ditador” para “o democrata”.

Nesse novo contexto, Getúlio Vargas precisava de um partido político para basear o seu retorno. Em um primeiro momento, ele trabalhou para dar forma ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), fundado sob sua direção em 1945, mas constatou que os compromissos partidários eram frágeis e pouco confiáveis, de modo que um político não precisava aliar-se somente a um partido. Vargas manteve a

diligência de considerar os seus velhos contatos. Sua filiação partidária como senador era no PSD, porém foi na “cooperação” entre este partido e o PTB que Getúlio fundamentou sua candidatura, uma vez que pretendia garantir a lealdade dos tradicionais líderes políticos no interior por meio do PSD e, simultaneamente, obter força eleitoral nos centros urbanos por intermédio do PTB. Além disso, Vargas conquistou o apoio do político populista Adhemar de Barros, o qual havia formado uma importante máquina eleitoral, o Partido Social Progressista (PSP), que se estendia pelo interior do estado de São Paulo (ibidem, p.109).

No começo de 1950, com a garantia dada pelo influente comandante superior, Góes Monteiro, de que os militares não se oporiam à candidatura do ex-presidente, o PSP e o PTB escolheram Getúlio Vargas como o seu candidato na eleição presidencial e ele aceitou ambas as indicações. O PSD, sob a influência do presidente Dutra, que se incomodava com as críticas de Vargas ao governo vigente, indicou o seu próprio candidato, Cristiano Machado, e a UDN designou novamente Eduardo Gomes, seu candidato de 1945 (Skidmore, 2010, p.110-11).

Durante toda a campanha presidencial, Getúlio Vargas destacou suas realizações de 1930 a 1945, especialmente no que se referia à política econômica. Ele defendia a aceleração da industrialização e o fortalecimento autônomo da economia nacional. Segundo D’Araújo (1992), a questão nacional era vista, sobretudo, como a luta pela independência econômica do país, além de estar totalmente integrada à “questão social”, pois a emancipação nacional seria uma condição fundamental para a emancipação do povo brasileiro.

Vargas preocupava-se com o incentivo às produções da agricultura e da indústria, bem como almejava estabelecer uma política clara e objetiva acerca da exploração dos recursos minerais e da utilização do capital estrangeiro. Esses elementos eram considerados os suportes principais para a execução da política econômica proposta pelo governo e se encontravam extremamente associados: a agricultura deveria ser industrializada, a industrialização deveria ter como prioridade a indústria de base, e os recursos naturais deveriam ser

explorados por capitais nacionais. Dessa forma, critérios seletivos deveriam ser impostos à participação do capital estrangeiro na economia brasileira.

Em 3 de outubro de 1950, a eleição presidencial foi realizada. Getúlio Vargas, pela primeira e única vez, conquistou o mais alto cargo do poder Executivo por meio do voto popular direto. Para a grande insatisfação da UDN e de setores do PSD, ele saiu vitorioso da eleição com quase a maioria absoluta dos votos para presidente (48,7%), seguido por Gomes (29,7%) e Machado (21,5%) (Skidmore, 2010, p.113).

De acordo com Souza (2012), a partir da posse de Vargas, em 1951, houve uma mudança significativa na concepção governamental a respeito da natureza da intervenção estatal na economia, uma vez que as autoridades políticas passaram a exercer papéis mais ativos nos sistemas econômico e institucional do país com a intenção de propor recursos de estímulo ao desenvolvimento industrial e de consolidação da demanda agregada interna. Projetos de reaparelhamento da infraestrutura também foram elaborados, sobretudo nos setores de transporte e energia, a fim de assegurar que o processo de evolução industrial e capitalista não fosse limitado por causa dos pontos de estrangulamentos infraestruturais (Souza, 2012, p.131).

Durante o seu segundo governo, Getúlio Vargas não instaurou uma luta anti-imperialista, mas resguardou a hegemonia do capital nacional nos domínios considerados primordiais para o desenvolvimento do Brasil, a exemplo dos setores siderúrgico e petrolífero extrativo. Por outro lado, a entrada de capital estrangeiro, em forma tanto de investimento direto privado como de financiamentos oriundos de instituições multilaterais, como o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento e o Eximbank, foi estimulada e destinada às áreas que pudessem complementar o processo de desenvolvimento nacional. Os acordos estabelecidos pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos referiam-se ao financiamento de investimentos em energia, frigoríficos, transportes, bem como à modernização da agricultura e da indústria de base, como os setores petroquímico e siderúrgico. Além disso, o governo de Vargas buscou

selecionar as importações com o propósito de oferecer determinadas vantagens às empresas importadoras de bens de capital, de equipamentos e insumos de produção, em uma clara tentativa de proteção à indústria local (Souza, 2012, p.131-4).

O contexto geopolítico do pós-Segunda Guerra favoreceu o desenvolvimento de diversos projetos sul-americanos, apoiados pelas principais economias capitalistas, especialmente a estadunidense, as quais ambicionaram conter o avanço do comunismo nos países em desenvolvimento. Dessa forma, o Brasil garantiu o apoio financeiro e político de investimentos dirigidos para a expansão e modernização da infraestrutura nacional, bem como auxílios para a consolidação do mercado interno por meio da concessão de crédito (Souza, 2012, p.133).

Do ponto de vista da capacidade decisória, o segundo governo Vargas foi muito produtivo. De acordo com D'Araújo (1992), diversos projetos importantes foram aceitos, como o da Petrobras e o do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, apesar de não ter existido uma coalizão governamental estável no parlamento. Tais projetos foram aprovados, inclusive, com o apoio da UDN, partido que na maioria das situações apresentou uma postura de oposição a Getúlio. Desse modo, a capacidade decisória do governo foi possível porque não houve qualquer coalização alternativa de veto que pudesse impedir a aprovação de suas políticas públicas. Em 1954, a votação contrária ao *impeachment* comprovou a ausência de tal coalização, fator que contribuiu para que o ultimato contra o governo de Vargas partisse novamente dos setores militares (D'Araújo, 1992).

O legado da Era Vargas é intrínseco às instituições que auxiliaram na orientação do posterior desenvolvimento econômico e social do Brasil. Rômulo de Almeida, chefe da assessoria econômica durante o segundo mandato presidencial, relembra que esse governo de Vargas tem despertado um interesse particular pela herança econômica positiva, no que se refere à política do desenvolvimento, e pelo legado político que contribuiu para a crise de representação no país. No período em questão, foram lançados os projetos da Eletrobras, estabelecidos o Banco do Nordeste do Brasil e a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia, instituídos a Carteira de

Colonização do Banco do Brasil e o Instituto Nacional de Imigração e Colonização. A atualidade desse legado institucional é inquestionável, como um símbolo material do período no qual Vargas foi o principal protagonista (Bastos; Fonseca, 2012).

Na pauta do poder executivo: movimentos internos e internacionais

A mobilidade espacial de expressivos contingentes populacionais, tanto pelas migrações internas quanto pelas imigrações internacionais, contribuiu para a ocupação do território nacional e para a formação da sociedade brasileira. A dinâmica de redistribuição da população no espaço vincula-se, historicamente, a um contexto mais amplo de transformações estruturais vivenciadas pela sociedade em seu conjunto, tendo como componentes fundamentais os processos migratórios e a urbanização. Diante das mudanças econômicas, os movimentos migratórios estruturaram-se e se redefiniram em conformidade com os locais de produção da riqueza (Baeninger, 2012, p.12).

No decorrer do segundo governo Vargas, podemos observar duas vertentes simultâneas de deslocamentos populacionais no país: a primeira diz respeito às migrações internas, especialmente no sentido nordeste-sudeste, e a segunda refere-se à entrada de imigrantes estrangeiros. Esses fluxos migratórios foram abordados de diferentes formas nas mensagens presidenciais de 1951 a 1954, as quais serão analisadas nas próximas linhas. Desse modo, pretendemos apreender qual foi o tratamento dispensado ao tema das migrações internas e internacionais, considerando-se os aspectos que exerceram influência sobre a ordenação da política imigratória pelo poder executivo, representada no projeto de fundação do Instituto Nacional de Imigração e Colonização.

Nesse sentido, apresentaremos as reflexões historiográficas acerca dos movimentos migratórios nacionais, ocorridos especialmente na primeira metade dos anos 1950, relacionando-as com alguns

tópicos recorrentes das mensagens presidenciais. Em seguida, trataremos sobre as características gerais das entradas dos imigrantes no Brasil e a política imigratória defendida no segundo governo Vargas.

Migrações internas

Durham afirma que a expansão do capitalismo industrial se caracteriza, em todas as partes, por um movimento de urbanização que propende a aglutinar um volume crescente de população em grandes metrópoles industriais. A relação de correspondência entre esses dois fenômenos é tão estreita que os índices de urbanização são frequentemente usados como indicadores do estágio relativo ao desenvolvimento econômico de diferentes países. Ainda que essa concepção possa parecer uma simplificação do problema, há um consenso de que, no Brasil, o desenvolvimento econômico decorrente da industrialização esteve associado a dois fenômenos complementares e simultâneos: o incremento das desigualdades regionais e a constituição de grandes metrópoles. Ambos os fenômenos acarretaram a formação de grandes fluxos de migração interna por meio dos quais se processou uma ampla redistribuição populacional (Durham, 1973, p.19-20).

As migrações internas, de modo geral, orientaram-se para as regiões mais fortemente atingidas pela introdução e pela expansão do capitalismo industrial, das quais São Paulo pode ser considerada como o centro. Esses deslocamentos, dos quais a emigração rural-urbana é um aspecto, surgiram como consequência do desenvolvimento capitalista, tendo em vista que as transformações internas da população foram posteriores ao incipiente processo de industrialização, o qual contou, em um primeiro momento, com a mão de obra e a capacidade empresarial de imigrantes estrangeiros (ibidem, p.39).

É preciso destacar que também existe uma relação direta entre as migrações internas e a busca por melhores oportunidades e condições de vida. As populações, oriundas das regiões que permaneceram com uma economia primária, deslocam-se geograficamente

para os centros urbanos, onde se concentram sistemas econômicos mais produtivos que apresentam diferentes tipos de vantagens. Nessas áreas, os migrantes almejam uma melhoria no padrão de vida e uma possível ascensão social. Durhan (1973) evidencia que o movimento migratório não decorre, em geral, de uma situação anormal de fome ou miséria, suscitada por calamidades naturais. Ao contrário, a emigração surge como resposta a condições normais de existência. O trabalhador abandona a zona rural quando compreende que “não pode melhorar de vida”, ou seja, que a sua miséria se tornou uma condição permanente. Isso não quer dizer que calamidades naturais ou acidentes não sejam elementos que possam precipitar a emigração, a exemplo da perda da propriedade ou da desestabilização do grupo doméstico. No entanto, a emigração essencialmente deriva de uma situação desfavorável que é percebida como permanente (Durham, 1973, p.113-14).

Nesse sentido, a criação das desigualdades regionais pode ser considerada como o principal elemento fomentador das migrações internas que acompanharam a industrialização nos moldes capitalistas. As causas desses movimentos migratórios são quase sempre de fundo econômico – deslocamento de atividades no território, crescimento diferencial do trabalho em áreas distintas, entre outras – e atingem de maneira diferenciada os grupos que constituem a estrutura social do lugar de origem. Singer (1985, p.37-51) identifica e ressalta a importância dos fatores de expulsão desses lugares tendo em vista os movimentos migratórios que se dirigiram majoritariamente para a região Sudeste do Brasil, a qual foi marcada por um processo de industrialização baseado na concentração de capital, nas migrações e na urbanização, em especial durante o período de 1950 a 1980.

Singer contextualizou a migração rural-urbana no bojo do desenvolvimento industrial, uma vez que os deslocamentos populacionais dessa vertente representavam a força de trabalho necessária à etapa de acumulação capitalista. As áreas rurais estagnadas ou em processo de transformação contribuíram para a formação de “fatores de mudança” ou “fatores de estagnação” que impulsionaram os fluxos migratórios nos locais de origem, onde as causas da migração

resultavam, de modo geral, das transformações econômicas globais da sociedade. Assim, os excedentes populacionais da área rural deslocavam-se para as cidades e se incorporavam no mercado de trabalho industrial em expansão (Singer, 1985, p.38-41).

Lopes (1976) sublinha que os movimentos migratórios internos geralmente são provocados por forças de repulsão, como a alta concentração da propriedade da terra, os progressos técnicos na agricultura, os baixos salários prevalecentes, as secas nordestinas periódicas e o alto crescimento vegetativo da população rural. As forças de atração, por outro lado, são as vantagens de toda ordem, na sua maior parte concentradas nas cidades, que dizem respeito não apenas aos salários mais altos, mas à legislação social, à educação, bem como a oferta de melhores oportunidades na fronteira econômica agrícola (Lopes, 1976, p.55).

Nesse contexto, o movimento migratório interno mais volumoso originou-se de Minas Gerais, da Bahia e de outros estados nordestinos com destino a São Paulo, Rio de Janeiro (inclusive a então capital federal) e Paraná. Outro deslocamento populacional dirigiu-se do leste para o oeste, ou seja, especialmente de Minas Gerais, da Bahia e demais estados nordestinos em direção a Goiás. Alguns fluxos menores constituíram-se de populações em demanda do Maranhão, provindos do Piauí e do Ceará, e do Rio Grande do Sul, para Santa Catarina e Paraná (Lopes, 1976, p.50). Além disso, entre os anos 1940-1960, as migrações em direção às fronteiras agrícolas e ao interior do país acabaram por determinar a ocupação populacional das regiões Centro-Oeste e Norte (Baeninger, 2012, p.31-2).

Os fluxos migratórios internos ocorridos no Brasil durante os anos 1930 a 1970 sintetizaram as profundas mudanças econômicas e sociais que caracterizaram a passagem de um mundo agrário para um mundo urbano, com a transferência de enormes contingentes populacionais. Podemos destacar os seguintes aspectos dessas migrações inter-regionais: I) a trajetória das taxas dos deslocamentos internos, que se elevaram entre 1930-1950, intensificaram-se na década de 1950 e declinaram consideravelmente nos anos 1960; II) a acelerada industrialização paulista, que contou com as migrações

no sentido nordeste-sudeste, e a substituição da mão de obra estrangeira na agricultura de São Paulo pela brasileira; III) a acentuada intensificação da migração para as fronteiras agrícolas (Baeninger, 2012, p.32).

O impacto do deslocamento da população rural para o meio urbano acentuou-se nos anos 1950, uma vez que a base demográfica não era tão extensa, e o enorme esvaziamento do campo contribuiu para a aceleração do processo de urbanização. A taxa de crescimento da população urbana passou de 3,8% ao ano (a.a.), no período 1940-1950, para 5,32% a.a. entre 1950-1960. Baeninger (2012) afirma que esse incremento da população urbana derivou, basicamente, de três fatores: do próprio crescimento vegetativo das áreas urbanas; das migrações com destino urbano; e da expansão do perímetro urbano de muitas localidades, antigamente consideradas rurais. Por outro lado, a população rural apresentou participação cada vez menor no conjunto da população brasileira. A década de 1950, como já mencionado, indicou uma transformação expressiva na distribuição populacional do país: a taxa de crescimento da população rural passou de 1,54% a.a., entre 1950 e 1960, para 0,60% a.a., no período 1960-1970 (Baeninger, 2012, p.33).

Tendo em vista essas considerações, podemos destacar alguns dados apresentados pelo censo demográfico de 1950.¹ Nesse levantamento, estimou-se que o Brasil contava com uma população registrada em 51.944.397 habitantes.² Os cinco estados mais populosos

1 O Recenseamento Geral de 1950 foi executado pelo Serviço Nacional de Recenseamento, criado pela Lei n.651, de 13 de março de 1949, em caráter transitório, na Secretaria Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Lei n.651: dispõe sobre a realização do VI Recenseamento Geral do Brasil. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1940-1949/lei-651-13-marco-1949-366334-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 2 mar. 2020.

2 No total dessa população, deixaram de ser incluídas 31.960 pessoas registradas em instrumentos de controle, cujas características não puderam ser apuradas por causa do extravio do material censitário referente aos municípios de Nova Era (MG), Pirangi (SP) e Lapa (PR). IBGE – Conselho Nacional de Estatística. Serviço Nacional de Recenseamento. Brasil: censo demográfico.

eram, em ordem decrescente, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul e Pernambuco. Em conjunto, incluíam 56,3% da população nacional, porém sua superfície equivalia a somente 20,8% do total da área terrestre do Brasil. O povoamento do território nacional era estimado em 6,13 habitantes por km². Enquanto a densidade demográfica dessas cinco unidades federativas, em conjunto, ascendia a 16,8 habitantes por km², o restante do país verificava apenas 3,4 habitantes por km². O crescimento da população brasileira, no decorrer de uma década, não havia se processado com a mesma intensidade nas diversas Unidades da Federação.

Tabela 2.1 – Os Estados mais populosos do Brasil em 1950

Estados	Total da população presente
São Paulo	9.134.423
Minas Gerais	7.717.792
Bahia	4.834.575
Rio Grande do Sul	4.164.821
Pernambuco	3.395.185

Fonte: IBGE – Conselho Nacional de Estatística. Serviço Nacional de Recenseamento. Brasil: censo demográfico. Série nacional, v.1. Rio de Janeiro, 1956, p.254.

Essa disparidade do crescimento demográfico entre os estados devia-se, entre outros fatores, à influência das migrações internas. Os deslocamentos populacionais encaminharam-se frequentemente para as médias e grandes cidades. Dessa forma, os cinco municípios mais populosos do país estão indicados na Tabela 2.2.

De acordo com os dados governamentais, a população registrada pelo censo de 1950 nos municípios das capitais brasileiras ultrapassava 8,3 milhões de habitantes, equivalendo a mais de um sexto da população do país. Considerando-se os municípios das dez capitais mais populosas – Distrito Federal, São Paulo, Recife,

Série nacional, v.1. Rio de Janeiro, 1956. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v1_br.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2020.

Tabela 2.2 – População presente nos municípios das Capitais em 1950

Municípios	População presente
Distrito Federal	2.337.451
São Paulo	2.198.096
Recife	524.682
Salvador	417.235
Porto Alegre	394.151

Fonte: IBGE – Conselho Nacional de Estatística. Serviço Nacional de Recenseamento. Brasil: censo demográfico. Série nacional, v.1. Rio de Janeiro, 1956, p.256.

Salvador, Porto Alegre, Belo Horizonte, Fortaleza, Belém, Niterói e Curitiba –, observava-se um aumento superior a 2,4 milhões em relação à população presente em 1940, ascendendo a 7,3 milhões contra os anteriores 4,9 milhões.³

O desenvolvimento da economia industrial impôs novos padrões de urbanização por meio da integração do mercado nacional e do intercâmbio entre as regiões. Os investimentos públicos em infraestrutura contribuíram para estreitar a enorme dispersão territorial do país. Nesse contexto, foram instituídas e ampliadas as vias de transporte para a interligação dos mercados regionais, possibilitando a expansão da rede urbana em todas as regiões do Brasil. A aplicação de capitais públicos e privados no setor industrial promoveu a elevação da capacidade produtiva e a sua diversificação com a implantação da indústria de bens de produção e de consumo durável (Cano, 2011, p.28).

O processo de localização e concentração industrial tendeu a se estabelecer nos maiores centros urbanos da região Sudeste, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. Cano ressalta que, entre 1939 e 1970, ocorreu uma enorme concentração produtiva da

3 Mensagem ao Congresso Nacional apresentada pelo presidente da República, Getúlio Vargas, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1951. Rio de Janeiro, 15 de mar. de 1951, p.194-5. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/mensagens-ao-congresso/mensagem-apresentada-na-abertura-da-sessao-legislativa-1951>>. Acesso em: 2 mar. 2020.

indústria de transformação em São Paulo, que passou de 40,7% para 58,2% do total nacional. Enquanto esse setor cresceu à taxa média nacional de 8,1%, a de São Paulo foi de 9,3%. Além disso, a produção agropecuária paulista passou por uma profunda transformação, modernização e diversificação, com a redução da cafeicultura e a expansão dos plantios de cana de açúcar e algodão, o que acabou por inibir, em longo prazo, a produção dessas culturas no Nordeste. Diante disso, criaram-se as condições necessárias para a migração de um volumoso fluxo de pequenos produtores e trabalhadores rurais que se dirigiram majoritariamente para a agricultura do Paraná e do Centro-Oeste e, em parte, para a economia urbana de São Paulo, que crescia com a industrialização. A partir da crise de 1929, o setor agropecuário atraiu importantes fluxos de trabalhadores rurais provindos de Minas Gerais e do Nordeste. Entre 1940 e 1970, estima-se que 2,5 milhões de brasileiros não paulistas (81% dos quais eram mineiros ou nordestinos) migraram para o estado de São Paulo, consolidando-o como principal receptor das migrações internas (Cano, 2011, p.29).

A expansão do setor industrial em São Paulo nos anos 1950, especialmente com o estabelecimento das montadoras na região do ABC Paulista, criou nova demanda por força de trabalho que foi satisfeita, em um primeiro momento, pelo deslocamento de trabalhadores rurais do interior de São Paulo e do norte do Paraná. Em seguida, volumosos fluxos migratórios advindos de outras regiões do país, com predominância dos nordestinos e mineiros, buscaram ocupar as vagas nas fábricas da capital paulista e dos municípios próximos. Pela primeira vez, os movimentos migratórios procedentes de outras regiões ultrapassaram os oriundos do interior do estado: a capital paulista recebeu aproximadamente um milhão de pessoas durante a década de 1950, sendo que 60% delas nasceram fora de São Paulo (Silva, 2008, p.25).

O censo de 1950 estimou a ocorrência de uma migração para o Distrito Federal de cerca de 440 mil pessoas no decênio 1941-1950, advindas especialmente do estado do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, do Espírito e da Bahia. Os registros do Departamento de Imigração e Colonização do Estado de São Paulo, por sua vez,

estimaram o total de 608.662 entradas de trabalhadores nacionais nesse estado, distribuídas na seguinte ordem:

Tabela 2.3 – Entrada de trabalhadores nacionais no estado de São Paulo de 1941-1950

Estados	Nº	%
Bahia	184.609	33,0
Minas Gerais	145.280	23,0
Pernambuco	44.034	7,2
Alagoas	43.366	7,1
Ceará	31.478	5,1
Sergipe	18.873	3,1

Fonte: Mensagem de Getúlio Vargas aos membros do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 15 mar. de 1952. Diário do Congresso Nacional, ano VII, n.48, 16 mar. de 1952, p.2108. Disponível em: <[http://imagem.camara.leg.br/dc_20b.asp#/> >. Acesso em: 2 mar. 2020.](http://imagem.camara.leg.br/dc_20b.asp#/)

Silva destaca alguns fatores de expulsão que condicionaram esses movimentos migratórios: um acelerado crescimento vegetativo nas áreas rurais, em razão especialmente da redução da mortalidade, combinado com a concentração fundiária e as relações arcaicas de emprego provocaram a redução dos recursos de diversos trabalhadores rurais, os quais tiveram de buscar alternativas para a sua sobrevivência, dentre elas a migração (Silva, 2008, p.25). Além disso, durante os anos 1950, o Nordeste enfrentou duas secas, uma de 1951 a 1953 e outra em 1958, e essa última atingiu 13% de sua população. Segundo os dados oficiais, somente em 1951, entraram 208.515 migrantes nacionais em São Paulo. Verificou-se também um aumento dos fluxos migratórios advindos dos estados da Bahia, Pernambuco, Sergipe, Paraíba e, sobretudo, do Ceará, como podemos observar na Tabela 2.4.

O início do segundo mandato presidencial de Getúlio Vargas coincidiu com o período de seca que assolou o Nordeste, especialmente o estado da Bahia, e consequentemente as precárias condições socioeconômicas, nas quais vivia grande parte da população nordestina, agravaram-se ainda mais. Ferrari (2005, p.51-2) ressalta que a grande concentração de terras nas mãos de poderosos latifundiários

Tabela 2.4 – Entrada de trabalhadores nacionais no estado de São Paulo em 1950 e 1951

Estados	1950		1951	
	Nº	%	Nº	%
Bahia	36.290	36,0	73.667	38,0
Minas Gerais	27.141	27,0	41.784	21,0
Alagoas	11.848	12,0	23.346	12,0
Pernambuco	11.658	12,0	24.594	13,0
Sergipe	4.311	4,3	9.994	4,6
Ceará	3.636	3,6	15.968	8,0
Piauí	1.008	1,0	2.047	1,0
Rio Grande do Norte	783	0,8	439	0,2
Paraíba	693	0,7	2.579	1,3

Fonte: Mensagem de Getúlio Vargas aos membros do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 15 mar. de 1952. Diário do Congresso Nacional, ano VII, n.48, 16 mar. 1952, p.2108.

já prejudicava as condições de trabalho da população e o desenvolvimento regional, porém, nos períodos de estiagem, a economia do Nordeste tornava-se ainda mais estagnada e afetava duramente os indivíduos e os grupos familiares.

A permanência da seca entre 1951 e 1953 e a citada conjuntura socioeconômica desfavorável, que divergia em larga medida do desenvolvimento econômico-industrial do Centro-Sul do país, especialmente de São Paulo, funcionaram como fatores de expulsão para os que viviam no Nordeste. A acentuada desigualdade econômica e o longo período de estiagem foram decisivos para que a migração de nordestinos operasse de forma tão sobrelevada, ocupando um espaço singular no debate político nacional e modificando o contexto social especialmente de São Paulo e do Rio de Janeiro (Ferrari, 2005, p.64-5).

A inauguração da Rodovia Rio-Bahia, em 1949, e a expansão do sistema rodoviário nos anos seguintes também influenciaram diretamente a dinâmica migratória, pois diminuíram o tempo e os custos da viagem entre o Nordeste e as regiões ao sul do país. Desse modo, as estradas de rodagem passaram a ser o meio mais utilizado

para as migrações internas. Em 1950, 85% dos migrantes chegaram a São Paulo por meio da linha ferroviária, porém, já nos dois primeiros meses de 1952, esse número caiu para 58% e a tendência de queda prosseguiu até o trem ser superado pelos caminhões paus de arara, um meio de transporte cujo uso se intensificou ainda mais depois da inauguração da Via Dutra, em 1951, que ligou o Rio de Janeiro a São Paulo (Villa, 2017, p.52).

Mais da metade dos migrantes que passavam pela Rodovia Rio–Bahia tinham São Paulo como destino. Os 1.718 quilômetros dessa estrada tinham início em Feira de Santana, na Bahia, adentravam em Minas Gerais pelo nordeste do estado e passavam por boa parte da sua região leste rumo ao Rio de Janeiro, onde se localizava a capital do Brasil. Após nove anos da inauguração, apenas 203 quilômetros da rodovia estavam pavimentados, porém dezenas de milhares de migrantes cruzaram-na como passageiros dos caminhões paus de arara (ibidem, p.53).

Esses caminhões eram veículos de carga, mas foram improvisados com o objetivo de transportar passageiros. Em 1951, o país contava com 210 mil caminhões de carga, e após dois anos já eram 289 mil, dos quais 105 mil no estado de São Paulo e 55 mil do Distrito Federal. A frota nacional de ônibus era muito menor e não conseguia atender à crescente demanda: passou de 16 mil, em 1951, para 23 mil, em 1953, dos quais 10 mil localizavam-se em São Paulo ou no Rio de Janeiro (ibidem, p.53-4).

Os caminhões eram precariamente ajustados para transportar pessoas. Na carroceria, alguns bancos de madeira eram posicionados no sentido vertical e na parte de cima era colocada uma cobertura de lona. Dessa maneira, os veículos transportavam, em média, de 70 a cem passageiros, entre adultos e crianças. A denominação “pau de arara” para esse tipo de caminhão – e que também foi extensiva aos migrantes nordestinos – consolidou-se nos anos 1950 e possivelmente se deve à cobertura da carroceria e aos bancos que lembrariam uma gaiola. A correlação com os pássaros era reforçada pelo fato de que os passageiros tinham de ficar agarrados às grades do caminhão para se protegerem dos trancos da viagem.

De acordo com Villa, o transporte de migrantes era um negócio próspero e se organizava da seguinte forma: o proprietário do caminhão utilizava-se de um agenciador que promovia a divulgação da viagem, geralmente em locais de concentração popular, como as feiras. Posteriormente, ele informava as pessoas sobre o dia da partida e o caminhão só seguia viagem quando estava lotado. O motorista passava por diversas estradas do sertão até chegar à Rodovia Rio–Bahia e, ao longo do percurso, recebia novos passageiros. Quanto mais rápido o motorista conseguia chegar ao seu destino final, mais cedo retornava ao Nordeste para mais uma viagem (Villa, 2017, p.55-6).

Em 1952, o preço da passagem era, em média, de 500 cruzeiros. No entanto, quando o passageiro não tinha como pagar, a alternativa era deixar os seus documentos pessoais com o motorista como uma forma de garantia de que o valor seria pago na chegada ao destino. Muitos migrantes nessa situação foram enganados e vendidos por volta de 1.500 cruzeiros para fazendeiros de Goiás e do Triângulo Mineiro (ibidem, p.56).

As condições de viagem enfrentadas pelos migrantes eram péssimas e, no decorrer do caminho, os seus alimentos eram consumidos e se esgotavam. Muitos não tinham dinheiro suficiente para comprar comida pela estrada, também porque os preços eram elevados. Além da fome, faltava água potável e raramente conseguiam tomar banho durante a viagem. Todos esses fatores, somados aos acidentes que ocorriam no percurso, submetiam os migrantes a situações de vulnerabilidade, adoecimento, violência e muitos faleciam pelo caminho (ibidem, p.56-63).

A imprensa registrou inúmeros acidentes pelas rodovias por onde transitavam os caminhões paus de arara. Pneus carecas, carrocerias em precárias condições de conservação e motores velhos transformavam a viagem em uma experiência perigosa. Muitos caminhões perdiam o freio e se chocavam com barrancos, outros caíam nos abismos laterais e corriam o risco de explosão. Em 1955, a revista *O Cruzeiro* sintetizou essas tragédias no seguinte trecho: “A Rio-Bahia transformou-se num cemitério espaçoso. Suas curvas são assinaladas por cruzeiros”. A imprensa paulista também cobrou

insistentemente do governo federal medidas urgentes para conter a migração nordestina. *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, reivindicou providências para a fixação dos migrantes em sua terra natal e a interrupção imediata do êxodo. O jornal defendia que era preciso limitar o transporte dos migrantes e os acusava de serem portadores de doenças contagiosas (ibidem, p.72-4).

O governo federal, em um primeiro momento, não dispunha de uma política que fosse capaz de lidar com o volumoso deslocamento e acabou por transformar um problema socioeconômico em uma questão legal. Como não havia lei que impedisse o livre trânsito pelo território nacional, o Departamento Nacional de Imigração sugeriu a aplicabilidade dos termos do Código Nacional de Trânsito, que proibia o transporte de pessoas em veículos de carga. Dessa forma, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem passou a proibir o tráfego dos caminhões paus de arara pela Rodovia Rio-Bahia e pela Via Dutra. Contudo, na prática, essa determinação não foi aplicada e apenas aumentaram os riscos das viagens, pois muitos motoristas escolhiam viajar à noite para fugir da fiscalização e pagavam propinas para os guardas rodoviários a fim de seguirem viagem (Villa, 2017, p.73).

A chegada de milhares de nordestinos a cada mês na capital de São Paulo gerou uma série de problemas aos poderes públicos nos setores da habitação, do transporte e da educação. No que se refere à saúde pública, diversos vereadores paulistanos acusaram os migrantes de serem portadores de doenças infectocontagiosas, a exemplo da lepra e da tuberculose, julgando-os como um grave perigo para a saúde dos moradores de São Paulo (ibidem, p.78).

Villa pontua que, de fato, havia muitos casos de migrantes enfermos, o que poderia levar à transmissão de doenças, assim como ocorreu em outros momentos históricos quando grandes correntes migratórias se deslocaram de um continente para outro ou no interior de um mesmo país. No entanto, era um exagero conceber que a cidade estava próxima a um “surto epidêmico” provocado pelo deslocamento dos nordestinos. Em contrapartida, os organismos dos recém-chegados a um novo ambiente social e físico estavam muito mais suscetíveis ao contágio de doenças variadas (ibidem, p.78).

Na mensagem presidencial de 1952, as migrações internas são vistas como deslocamentos desordenados, carentes de uma orientação racional e um motivo de preocupação para as autoridades públicas, pois agravavam as condições estruturais das regiões para onde se encaminhavam, principalmente nos centros urbanos. Além disso, considerava-se que muitos migrantes não conseguiam alcançar melhores condições de vida nas novas localidades e acabavam por ser marginalizados.

Ocorre, muitas vezes, que as populações emigrantes não conseguem, em seus novos domicílios, aquelas condições de vida a que aspiravam e também que tais deslocamentos não melhoram, por si, a situação das regiões de que procedem e agravam, muita vez, as condições das zonas, sobretudo urbanas, para onde se dirigem. O efeito dessa imigração desordenada no Distrito Federal foi, por exemplo, o agravamento das condições habitacionais na Capital da República, sujeita a um crescente favelamento; o aumento descontrolado das exigências em abastecimento, transporte e outros serviços, congestionando o sistema existente e provocando a escassez e a carestia dos gêneros; e ainda a formação de uma enorme população marginal, socialmente desorganizada, sensível a agitações subversivas e a que se relaciona forte criminalidade. O problema das imigrações desordenadas, assaz complexo, preocupa as autoridades públicas, que, no momento, estudam medidas capazes de reduzir o êxodo rural, de oferecer adequada assistência aos retirantes, ao longo das principais linhas de deslocamento, bem assim no sentido de orientar as correntes migratórias para áreas carentes de povoamento e passíveis de rápido desenvolvimento econômico.⁴

Em 1953, podemos observar uma mudança significativa no discurso do governo federal acerca das migrações internas, o qual

4 Mensagem de Getúlio Vargas aos membros do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 15 mar. de 1952. Diário do Congresso Nacional, ano VII, n.48, 16 mar. de 1952, p.2108.

passou a considerá-las como uma questão socioeconômica. Influenciado pela assessoria econômica, na qual se destacava o economista Rômulo de Almeida, Vargas sugeriu como causas do deslocamento populacional as necessidades da industrialização e da agricultura sulista, bem como os serviços oferecidos nas áreas urbanas, a exemplo da construção civil, do comércio e dos transportes. Nessa perspectiva, os migrantes não figuravam mais como os agentes responsáveis pelo agravamento dos problemas urbanos e pelo aumento da população marginalizada, mas correspondiam à mão de obra que estava contribuindo positivamente para o desenvolvimento econômico de São Paulo, do Distrito Federal e das regiões adjacentes. Além disso, alegava-se que os fluxos migratórios internos asseguravam uma melhor distribuição da força de trabalho e se direcionavam para os locais onde eram produtivamente mais utilizados.

A mensagem presidencial pontuou que o sistema de propriedade vigente nos estados nordestinos havia contribuído para o alcance do limite das suas capacidades demográficas, pois o minifúndio era incapaz de manter uma família e os latifúndios tornavam-se improdutivos, assolados pela seca. O Nordeste, portanto, não contava com as condições necessárias para o desenvolvimento imediato da industrialização. Vargas passou a defender que o governo não poderia tomar medidas que visassem restringir as migrações internas, porém em nenhum momento menciona a anterior tentativa elaborada pelo Departamento Nacional de Imigração, a qual buscou impedir a continuidade dos fluxos migratórios pelas rodovias do país.

Providências restritivas de ordem policial para impedir as migrações, além de inconstitucionais, pois cerceariam o direito individual de locomoção dentro do território nacional, o qual é garantido a todo cidadão, não proporcionariam senão o impedimento ao progresso que, em todo o mundo, tem sido uma verdadeira marcha constante para a urbanização e a industrialização.⁵

5 Mensagem de Getúlio Vargas aos membros do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 15 mar. de 1953. Diário do Congresso Nacional, ano VIII, n.52, 16 mar. 1953, p.1843.

Em 1954, o presidente demonstrou otimismo com o término da seca e com a redução do número de caminhões paus de arara que transitavam pelas rodovias. Essa mudança foi associada à melhoria das condições naturais no Nordeste e à redução da procura de mão de obra pelas lavouras e fábricas sulistas, bem como a execução de obras na região e a fundação do Instituto Nacional de Imigração e Colonização.

Segundo Villa, o número de migrantes que se encaminharam para São Paulo realmente havia diminuído. Em 1950, eram 100 mil; no ano seguinte atingiram a marca de 208 mil. Em 1952, o número subiu para 253 mil; em 1953 caiu para 113 mil e mais ainda no ano seguinte, quando alcançou 99 mil migrantes. Considerando-se os dados quantitativos sobre os migrantes nordestinos que passaram pela Hospedaria de Imigrantes de São Paulo entre 1950 e 1954, expostos na Tabela 2.5, podemos observar que houve uma redução considerável desse deslocamento populacional em 1954 (total de 69.395), ao passo que o ano de 1952, destaca-se como o período em que mais migrantes nordestinos acomodaram-se naquela hospedaria (total de 204.214).

A mensagem presidencial de 1954 destacou os programas do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, as obras da hidrelétrica de Paulo Afonso, as atividades de colonização do São Francisco e a fundação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Tais medidas tiveram um sentido modernizador, mas os seus efeitos demoraram décadas para se efetivarem (Villa, 2017, p.90-1). Por outro lado, a criação do BNB foi o marco de uma nova fase das políticas do governo federal em relação à região das secas, pois o desenvolvimento econômico do Nordeste passou a estar em pauta e o debate socioeconômico não se restringiu apenas às questões relacionadas ao abastecimento de água como outrora (Ferrari, 2005, p.137-8).

Vargas, apesar de ter mencionado os empreendimentos realizados no Nordeste durante o seu segundo governo, advertiu que um programa de assistência aos migrantes nacionais ainda precisava ser organizado e a sua execução deveria ser o objetivo do recém-criado Instituto Nacional de Imigração e Colonização, o qual supostamente

Tabela 2.5 – Migrantes nordestinos em trânsito pela Hospedaria de Imigrantes de São Paulo de 1950-1954

Anos	Estados de origem dos migrantes									Total
	BA	PE	AL	CE	SE	PB	PI	RN	Total	
1950	36.290	11.658	11.848	3.636	4.311	639	1.008	783	70.173	
1951	76.204	25.842	20.474	21.130	8.949	3.642	2.608	1.079	159.928	
1952	113.758	31.731	28.125	15.025	9.182	3.148	2.625	620	204.214	
1953	38.409	17.744	13.550	9.814	3.333	2.457	1.496	995	87.798	
1954	26.289	14.855	15.442	5.789	3.928	1.556	979	557	69.395	
Total	290.950	101.830	89.439	55.394	29.703	11.442	8.716	4.034	591.508	

Fonte: Ferrari (2005, p. 79).

encerraria “o contraste com que desde o início da colonização estrangeira assistida vêm sendo tratados os trabalhadores nacionais e os alienígenas que buscam melhores condições de vida”.⁶

Imigrações: espontânea e dirigida

No pós-Segunda Guerra, novos fluxos imigratórios internacionais ingressaram no Brasil com diferentes características e nacionalidades. Baeninger (2012) ressalta que, entre 1950 e 1959, a entrada de imigrantes assemelha-se quantitativamente ao período 1900-1909 (583 mil e 622 mil imigrantes estrangeiros, respectivamente), embora as condições tenham sido diversas. Tendo em consideração o período de 1930 a 1959, verifica-se que mais de um milhão de imigrantes estrangeiros ingressaram no Brasil. Os portugueses formaram a maior corrente imigratória (mais de 389 mil imigrantes) e a entrada de japoneses abrangeu quase 100 mil imigrantes ainda nos anos 1930 (Baeninger, 2012, p.24-5).

A imigração italiana alcançou mais de 91 mil pessoas entre 1950-1960 e a imigração espanhola, outros 94 mil – mediante os acordos bilaterais de alocação de mão de obra para as indústrias. Durante o período de 1930 a 1959, registrou-se uma diversificação das migrações internacionais com a categoria “Outras nacionalidades”, totalizando cerca de 200 mil entradas. A partir dos registros da Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo, é possível constatar o ingresso de imigrantes gregos e poloneses no pós-Segunda Guerra, em torno de 5 mil cada naquela cidade, bem como a entrada de apátridas e refugiados de guerra entre 1947 e 1960 (Baeninger, 2012, p.25).

6 Mensagem de Getúlio Vargas aos membros do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 15 mar. de 1954. Diário do Congresso Nacional, ano IX, n.6, 16 mar. de 1954, p.103.

Tabela 2.6 – Entrada de imigrantes internacionais, estoque de imigrantes internacionais e população total no Brasil (1930-1959)

Período	Total de Entradas						Outros
	Imigrantes Estrangeiros	Portugueses	Japoneses	Italianos	Espanhóis	Alemães	
1930-1939	332.768	102.743	99.222	22.170	12.746	27.497	68.390
1940-1949	114.085	45.604	2.828	15.819	4.702	6.807	38.325
1950-1959	583.587	241.579	33.593	91.931	94.693	16.643	104.629
Total	1.030.440	389.926	135.643	129.920	112.141	50.947	211.344
Anos	População Brasileira	Estoque de estrangeiros	População total	Proporção população estrangeira no total (%)			
1920	29.069.644	1.565.961	30.635.605	5.11			
1940	39.752.979	1.406.342	41.159.321	3.42			
1950	50.730.213	1.214.184	51.944.397	2.34			

Fonte: Baeninger (2012, p.25).

Tabela 2.7 – Imigrantes internacionais registrados na Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo, 1947-1960

Período	Ita- liana	Espa- nhola	Japo- nesa	Grego	Polo- nesa	Sem identi- ficação	Apá- trida
1947-1950	269	17	11	47	4.716	3.399	1.538
1951-1955	27.592	175	1.239	1870	2	80	1.361
1956-1960	12.297	5.487	1.184	2.547	14	172	405
Total	40.158	5.679	2.434	4.464	4.732	3.651	3.304

Fonte: Baeninger (2012, p.25).

De acordo com Baeninger (2012, p.26), a imigração internacional continuou a compor a sociedade brasileira, não mais como recorrência dos mesmos fluxos advindos entre os séculos XVIII e XIX, mas envoltos em um novo contexto marcado pela Segunda Guerra Mundial e pelos processos de industrialização e urbanização no país.

Segundo as estimativas do Departamento de Imigração do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, do total de 22.009 imigrantes “deslocados” entrados no Brasil, 11.079 encaminharam-se para São Paulo, ou seja, aproximadamente 51%. Depois de São Paulo, o estado do Paraná foi o que mais os recebeu, com 4.606, quase 21% do total para o país, seguido pelo Rio Grande do Sul, com 2.160 (8,8%); Distrito Federal, com 1.705 (7,7%); Goiás, 852 (3,8%); Santa Catarina, com 760 (3,4%); Rio de Janeiro, 553 (2,5%); Minas Gerais, 463 (2,1%); Bahia, 386 (1,7%); e os estados do Ceará, Espírito Santo, Pernambuco, Acre, Rio Grande do Norte e Sergipe receberam conjuntamente apenas 0,05% do total. O motivo do maior número de entradas em São Paulo deve-se às ofertas de emprego em função das carências de mão de obra qualificada, ocasionadas pelo crescimento do seu parque industrial nos anos 1940 e pelos acordos estabelecidos entre as empresas e o Governo do Estado para a colocação dos imigrantes (Salles et al., 2013, p.7-8).

No pós-Segunda Guerra, passaram a vigorar, basicamente, os seguintes tipos de imigração: uma, espontânea, que se desenvolveu

por meio das “cartas de chamada” de parentes e ofertas de empregos; outra que se caracterizou por grupos e cooperativas que visaram, sobretudo, a colonização agrícola; e a imigração dirigida, orientada pelos convênios entre o governo brasileiro e os organismos internacionais. A partir dos anos 1960, o movimento imigratório declinou novamente e se limitou a técnicos e profissionais especializados (Salles et al., 2013, p.11).

A posição brasileira no contexto internacional e os interesses políticos em fomentar a imigração dirigida determinaram a elaboração de acordos bilaterais com alguns organismos internacionais encarregados dos movimentos migratórios, como a Organização Internacional de Refugiados, responsável pelo repatriamento e colocação dos deslocados de guerra, e o Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias, que passou a atuar a partir de 1951, com a extinção da OIR. Ademais, é possível destacar outros contratos firmados no período: acordo de migração entre o Brasil e a Itália (5/7/1950); convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados (concluída em Genebra, em 1951, e assinada pelo Brasil no ano seguinte); acordo de migração entre o Brasil e a Espanha (1960); acordo de imigração e colonização entre o Brasil e os Países Baixos (15/12/1950); e a constituição do Cime (19/10/1953) (Salles et al., 2013, p.12-14).

A resolução do Conselho de Imigração e Colonização n.1.676, de 18/10/1950, extinguiu o regime das cotas para imigrantes das nacionalidades portuguesa, italiana, espanhola e francesa (ibidem, p.9). É preciso pontuar que após a Segunda Guerra Mundial ainda vigoravam as cotas de 2%, conforme definido na Constituição de 1934 para a imigração espontânea. A partir dos anos 1950, o Brasil passou a receber também imigrantes japoneses, apesar das resistências à recepção desse movimento imigratório dentro do CIC. A imigração espontânea de japoneses foi oficializada somente em 1963 por meio do Acordo de Migração e Colonização entre o Brasil e o Japão. No entanto, a imigração dirigida precedeu a assinatura desse acordo mediante negociações diretas entre o governo brasileiro e os interessados japoneses. Getúlio Vargas autorizou pessoalmente a vinda

dos primeiros imigrantes no pós-guerra para projetos de colonização agrícola nas regiões Norte e Centro-Oeste do país.⁷

A partir dos anos 1950, houve uma mudança significativa na dinâmica migratória para São Paulo. Trabalhadores vistos como especializados foram incorporados como mão de obra barata no crescente parque industrial paulista. A entrada desses imigrantes, provindos especialmente do continente europeu e do Japão, era um dos indicativos da nova reorganização da Divisão Internacional do Trabalho, uma vez que, para além do fluxo de trabalhadores, sucederam investimentos volumosos de companhias estrangeiras nos diversos ramos da economia, como os setores automobilístico, químico, farmacêutico, siderúrgico e de transportes. Criou-se, assim, um ambiente favorável para a retomada da política migratória e para o abastecimento da demanda empresarial por trabalhadores qualificados (Paiva, 2009, p.43, 53).

O tema migratório não saiu de pauta dos debates políticos, especialmente quando se tratava acerca da necessidade premente de mão de obra para a lavoura que se modernizava e para o setor industrial em expansão, além de ter sido considerado uma solução para os problemas relacionados ao povoamento e à colonização do território nacional. Nessas discussões também se evidenciavam as definições sobre o “bom” e o “mau” imigrante, apresentando os portugueses, italianos e espanhóis como os preferenciais e mais adequados ao Brasil (Salles et al., 2013, p.14).

Em 1951, ano em que Getúlio Vargas retornou à presidência do país, a sua atenção esteve voltada para a imigração e, nesse sentido, teceu críticas ao governo de Eurico Gaspar Dutra que, segundo ele, não havia aproveitado o contexto imigracionista favorável do pós-guerra, como tinham feito outros países da América Latina.

7 “A emigração de japoneses no pós-guerra adveio da necessidade de realocar os colonos e ex-soldados que retornavam dos territórios ocupados durante a guerra, estimados em 6,3 milhões de pessoas (CEHIB, 1992). O Brasil continuou nos planos japoneses como destino de emigrantes. [...] Como com os europeus, a imigração japonesa no pós-guerra inclui agricultores e também técnicos industriais” (Paiva, 2009, p.42-3).

Como frisei durante a campanha presidencial, o problema da imigração foi dos mais descurados ultimamente. Basta confrontar as estatísticas existentes para verificar as oportunidades perdidas pelo Brasil: dos quase 877 mil deslocados de guerra que, sob os auspícios da Organização Internacional de Refugiados, foram distribuídos para vários países, pouco mais de 26 mil se localizaram no Brasil, desde 1947. Imigrantes, como tais considerados os estrangeiros entrados em caráter permanente e em primeiro estabelecimento, só recebemos 13 mil em 1946, 18 mil em 1947 e 21.500 em 1948.⁸

Atualmente, não há um consenso a respeito do número de refugiados e deslocados de guerra que ingressaram no Brasil durante o período de funcionamento da Organização Internacional de Refugiados. Segundo Paiva (2008, p.5), os dados de 1949 apontam que chegaram ao Brasil pouco mais de 19 mil imigrantes e, até 1951, as cifras não ultrapassaram o índice de 25 mil pessoas classificadas como refugiados ou deslocados de guerra. Andrade (2005, p.28-9), por sua vez, afirma que o Brasil recebeu 29 mil imigrantes sob os auspícios da OIR, dos mais de um milhão de refugiados e deslocados reassentados por essa organização.

Nas mensagens presidenciais, recorre-se ao argumento de que a “hospitalidade cordial” brasileira foi mantida em grande parte da história nacional e proporcionou benefícios ao país, demonstrados em seu passado. Tais benefícios, portanto, eram esperados para os tempos vindouros. O governo propunha-se a receber não somente as correntes de “imigração tradicional”, constituídas por italianos, portugueses, alemães e sírio-libaneses, mas também as formadas por refugiados e deslocados de guerra, que se encontravam em campos de refugiados na Alemanha.⁹ Vargas considerava que essas

8 Mensagem ao Congresso Nacional apresentada pelo presidente da República, Getúlio Vargas, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1951. Rio de Janeiro, 15 mar. 1951, p.217.

9 Mensagem ao Congresso Nacional apresentada pelo presidente da República, Getúlio Vargas, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1951. Rio de Janeiro, 15 mar. 1951, p.218.

diferentes correntes imigratórias poderiam contribuir para o desenvolvimento do país, justificando-se a ampliação da imigração dirigida e a eliminação de entraves burocráticos vigentes no período, os quais não correspondiam às necessidades de solução dos problemas imigratórios. Seguem dois trechos da mensagem presidencial que tratam sobre esse tema:

Todas são valiosas, e nessa diversidade de etnias e especializações profissionais, encontraremos os elementos de que o nosso País carece para acelerar o ritmo do seu progresso. Assim, poderão ter seguimento, em moldes mais largos, as realizações, até agora ainda em escala reduzida, de imigração dirigida.

Urge, para isso, extinguir os entraves de supérfluos trâmites burocráticos, que atualmente dificultam a solução dos problemas imigratórios entre nós, em prejuízo de nossos verdadeiros e fundamentais interesses.¹⁰

Com relação à política imigratória, é tempo de mudarmos radicalmente o sentido que ainda impera em muitas de nossas leis e práticas administrativas, oriundas dos anos da guerra passada, quando os povos se viram na contingência de estreitar a porta aberta ao ingresso dos estrangeiros, pelas contingências da situação política e do surto nacionalista, que dificultava a assimilação dos elementos vindos de fora na comunidade nacional. O Brasil tem necessidade de receber do exterior largo e generoso incremento demográfico, para que as suas possibilidades econômicas não sofram as limitações decorrentes de sua deficiência de população.¹¹

10 Mensagem ao Congresso Nacional apresentada pelo presidente da República, Getúlio Vargas, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1951. Rio de Janeiro, 15 mar. 1951, p.218-19.

11 Mensagem ao Congresso Nacional apresentada pelo presidente da República, Getúlio Vargas, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1951. Rio de Janeiro, 15 mar. 1951, p.21.

O presidente mencionou a vigência de medidas restritivas no país em relação à recepção dos fluxos imigratórios internacionais, porém em nenhum momento declarou que o processo de criação de uma legislação restritiva em relação aos imigrantes foi desenvolvido durante o seu primeiro governo, o qual também empreendeu uma política de nacionalização da mão de obra.

Por outro lado, as mensagens de Vargas, nos anos 1950, sugerem que era do interesse de seu governo a elaboração de acordos imigratórios; a promoção da seleção e a garantia de transporte para os imigrantes; o aparelhamento dos serviços de recepção, hospedagem, distribuição e colocação dos trabalhadores estrangeiros rurais e industriais; e, finalmente, a execução dos processos de “assimilação e brasileiroamento” dos imigrantes.¹² Nessa perspectiva, os “bons contingentes imigratórios” dirigidos para o Brasil poderiam contribuir grandemente para a melhoria das condições de produtividade nacional, uma vez que os estrangeiros, pelo seu trabalho qualificado tanto na agricultura quanto na indústria, poderiam “transmitir” ao trabalhador brasileiro as técnicas mais avançadas, já praticadas em seus países de origem.¹³

O presidente manifestava a necessidade de favorecer o direcionamento de correntes imigratórias para as regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil. Considerava-se que as condições sanitárias, os meios de transporte e de comunicação eram muito mais amplos do que os encontrados pelos imigrantes no século XIX. Caberia ao governo, portanto, a ampliação das tentativas realizadas até então “para a colonização europeia dessas vastas regiões, objetivando alargar a base geográfica das zonas aptas ao recebimento de imigração

12 Mensagem ao Congresso Nacional apresentada pelo presidente da República, Getúlio Vargas, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1951. Rio de Janeiro, 15 mar. 1951, p.219.

13 Mensagem ao Congresso Nacional apresentada pelo presidente da República, Getúlio Vargas, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1951. Rio de Janeiro, 15 mar. 1951, p.217.

estrangeira”.¹⁴ Nessa conjuntura, os italianos e os portugueses deveriam ser considerados nos programas de expansão demográfica elaborados e deliberados pelo governo.¹⁵

Em 1952, Vargas evidenciou que maiores facilidades para a imigração já tinham sido implementadas durante o primeiro ano de seu governo, uma vez que se pretendia “adotar as medidas convenientes para atraí-la, na escala possível, atendido naturalmente o interesse nacional de evitar elementos perturbadores e indesejáveis”. A intensa procura por oportunidades de trabalho, expressa na intensificação das migrações internas, não reduzia o interesse nacional pelas imigrações internacionais.¹⁶

Antes pelo contrário, pois os imigrantes nacionais são em regra trabalhadores rústicos, sem habilitações técnicas, enquanto o imigrante já não é mais o braço concorrente para o colonato, e sim o agricultor e o artífice com um nível de instrução geral e de experiência técnica, que representam um grande desaforo na carência nacional de trabalhadores qualificados e técnicos.¹⁷

O fenômeno imigratório, nessa perspectiva, poderia operar como uma “escola para o trabalhador nacional”, o qual estaria apto a assimilar as técnicas modernas de produção. A imigração também representava a possibilidade de ampliação das oportunidades de emprego para os trabalhadores brasileiros. Ademais, a experiência

14 Mensagem ao Congresso Nacional apresentada pelo presidente da República, Getúlio Vargas, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1951. Rio de Janeiro, 15 mar. 1951, p.217.

15 Mensagem ao Congresso Nacional apresentada pelo presidente da República, Getúlio Vargas, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1951. Rio de Janeiro, 15 mar. 1951, p.21.

16 Mensagem de Getúlio Vargas aos membros do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 15 mar. de 1952. Diário do Congresso Nacional, ano VII, n.48, 16 mar. 1952, p.2109.

17 Mensagem de Getúlio Vargas aos membros do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 15 mar. 1952. Diário do Congresso Nacional, ano VII, n.48, 16 mar. 1952, p.2109.

havia demonstrado que o imigrante trazia consigo, além da técnica, um capital próprio, em forma de instrumentos, máquinas e objetos de uso que, conjuntamente, poderiam somar recursos ao Brasil.

Por tudo isso, o imigrante é um fator de produção que se integra no nosso sistema econômico e social e vem prontamente atender à procura ascendente do nosso mercado.

Nessas condições, o Governo procura tomar todas as medidas tendentes a encorajar a imigração tanto para a agricultura como para a indústria.¹⁸

A mensagem presidencial sublinhava que o mercado de trabalho brasileiro carecia de técnicos, especialistas e contramestres, ao passo que excediam os “trabalhadores comuns”, ou seja, trabalhadores de baixa instrução que não tinham acesso ao ensino profissionalizante. A produtividade da mão de obra nacional apresentava índices inferiores em comparação aos de outros países, fato este que se devia a uma conjuntura de elementos, indicados do seguinte modo: reduzido consumo de alimentos, baixo padrão de habitação, precárias condições de vestimenta da maioria da população rural, cota insuficiente de energia mecânica disponível aos trabalhadores e aperfeiçoamento técnico reduzido. Além disso, Vargas evidenciava que, paralelos a esses fatores, persistiam tradicionalmente alguns “hábitos prejudiciais ao rendimento”, traduzidos na “proverbal falta de ambição de boa parte das nossas massas trabalhadoras”. No entanto, essa mentalidade nacional poderia ser superada a partir do desenvolvimento econômico e do progresso social. O sistema educacional e a vinda de imigrantes para o Brasil também contribuiriam para a aprendizagem e o desenvolvimento das técnicas de produção, elevando a eficiência da mão de obra nacional.¹⁹

18 Mensagem de Getúlio Vargas aos membros do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 15 mar. 1952. Diário do Congresso Nacional, ano VII, n.48, 16 mar. 1952, p.2109.

19 Mensagem ao Congresso Nacional apresentada pelo presidente da República, Getúlio Vargas, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1951. Rio de

Nas mensagens presidenciais, verifica-se que o tema da imigração também estava inter-relacionado com o da colonização. O segundo referia-se, sobretudo, à questão do acesso e do uso da terra, à ampliação dos suprimentos alimentares e à revitalização da economia agrária. Entre essas funções da colonização, cumpriram aos imigrantes os encargos de se estabelecerem no território, elevarem a produção e introduzirem novas técnicas e “hábitos de trabalho” nos meios rurais.²⁰

Tendo em vista tais considerações expostas nas mensagens presidenciais, podemos constatar a elaboração de uma oposição entre os trabalhadores brasileiros e os imigrantes. Os primeiros eram julgados como trabalhadores de baixa instrução; carentes de habilitações técnicas; com capacidade inferior de produtividade quando comparados aos de outros países; cultivadores de hábitos nocivos, que prejudicavam o rendimento das suas atividades; e indivíduos que não cultivavam grandes ambições. Diante disso, é importante ressaltar que, desde a crise do trabalho escravo no Brasil em meados do século XIX, propagou-se uma corrente ideológica que avaliava o trabalhador nacional como uma pessoa indolente, ociosa, preguiçosa, indisciplinada e pouco afeita ao trabalho.²¹ Nas mensagens presidenciais de Vargas dos anos 1950, podemos observar alguns traços da manutenção dessa ideologia de inferiorização da maioria dos brasileiros e certa preocupação governamental com a formação de uma mentalidade de trabalho entre os nacionais, que deveriam internalizar a disciplina e apreender habilitações técnicas para que se elevasse a produção dos proprietários agrícolas ou das indústrias.

Em contrapartida, os imigrantes eram julgados como “bons/desejáveis” ou “maus/indesejáveis”. Nessa segunda categoria

Janeiro, 15 de mar. 1951, p.222-3.

20 Mensagem ao Congresso Nacional apresentada pelo presidente da República, Getúlio Vargas, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1951. Rio de Janeiro, 15 mar. 1951, p.223.

21 Sobre a história da transição da escravidão para o trabalho livre no Brasil e a inferiorização da maioria dos brasileiros, principalmente da população negra, ver Azevedo (1987); Kowarick (1994).

estavam incluídos estrangeiros envolvidos em movimentos políticos ou sociais (comunistas, socialistas, anarquistas, entre outros), os portadores de doenças e as pessoas com deficiências físicas (categorias sanitárias e avaliação da capacidade de trabalho). A primeira categoria era composta por imigrantes que desempenhavam atividades como agricultores, técnicos ou operários qualificados. O que importava, em primeiro lugar, era a sua capacidade de transmitir conhecimentos que atendessem aos interesses nacionais e corresponder à demanda do mercado de trabalho por mão de obra especializada. Nesse sentido, o imigrante deveria contribuir para o aumento da produtividade nacional e tomar parte na construção do futuro trabalhador brasileiro.

Getúlio Vargas, em suas mensagens dirigidas ao Congresso Nacional, evidenciou as seguintes nacionalidades, consideradas como “bons contingentes imigratórios”: portugueses, italianos, espanhóis, holandeses, alemães, austríacos e japoneses. Nos trechos a seguir podemos verificar alguns acordos de migração firmados entre o governo brasileiro e governos europeus:

Assim, no setor da imigração de origem europeia, releva mencionar, inicialmente, os esforços conjuntos do Brasil e Itália, para disciplinar a imigração italiana. Para tanto, foi assinado com aquele país um acordo, do qual resultou a formação da Companhia Brasileira de Colonização e Imigração Italiana, entidade mista, cujas atividades já tiveram início virtual com a organização de núcleos agropecuários nos Estados de São Paulo, Santa Catarina, Goiás e Rio de Janeiro. [...]

Vale realçar, também, os entendimentos havidos entre o Brasil e a Holanda, de que resultou a fixação, nos Estados de São Paulo e Paraná, de núcleos de imigrantes holandeses, que exploram a agricultura em proveitoso regime cooperativo.

Outro fato a salientar, ainda no setor da imigração europeia, é o pleno êxito alcançado pela Colônia de Entre Rios, em Guarapuava, no Paraná, onde 500 famílias de descendentes alemães do Danúbio se estabeleceram em cooperativa, juntamente com 100 famílias

brasileiras. Essa Colônia está produzindo trigo em larga escala, apresentando os mais altos índices de rendimento por hectare já obtidos no País.²²

Cabe aqui uma explanação a respeito da chegada desse grupo de alemães (também chamados de “suábios”) no município de Guaruapuava em virtude dos acordos políticos e econômicos firmados entre os governos estadual, federal e a organização “Auxílio Suíço à Europa”, os quais favoreceram o desenvolvimento da colonização e o encaminhamento dos imigrantes para a região paranaense. Avaliamos, em um primeiro momento, a sua origem e, em um segundo momento, o processo migratório dos suábios para o Brasil.

De acordo com Elfes (1971), a história dos suábios é intrínseca aos deslocamentos populacionais promovidos pelos alemães no continente europeu. Esses imigrantes instalaram-se nas regiões do antigo Império Austro-Húngaro e advinham de diversas províncias do Reino Alemão, como a Bavária, a Francônia e a Suábia. As diferentes levas imigratórias acompanharam as margens do Rio Danúbio, porém, em consequência de disputas e guerras na região, esse fluxo cessou. Os alemães remanescentes criaram grupos fechados ou mistos, formados com eslavos e outras nacionalidades. Com a queda do mencionado Império, em 1918, o seu território foi dividido e deu origem a novos países como a Iugoslávia, a Romênia e a Hungria. A partir disso, os suábios, que se encontravam dispersos em várias localidades, sofreram processos de assimilação cultural, incorporando novos hábitos e costumes, ou deram início a novos processos imigratórios.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o governo nazista ocupou os territórios onde se localizava uma parcela dos suábios. Em conjunto com os iugoslavos e outros povos, eles promoveram resistências a essa ocupação, porém foram torturados e coagidos

22 Mensagem de Getúlio Vargas aos membros do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 15 mar. de 1953. Diário do Congresso Nacional, ano VIII, n.52, 16 mar. 1953, p.1844.

pelos soldados alemães. Com a chegada do exército da Rússia e a consequente retirada dos nazistas, a maioria dos suábios abandonou a Iugoslávia por temor de uma possível revanche por parte dos russos. Aqueles que permaneceram na região foram expulsos em 1945 (Elfes apud Santos, 2015, p.84).

Com o fim da guerra, a Áustria recebeu os suábios e outras numerosas correntes imigratórias. Entretanto, esse país não possuía uma infraestrutura adequada para atender o grande número de refugiados e deslocados de guerra, os quais viviam em péssimas condições nos campos de acolhimento e sem possibilidades de emprego. Tendo em vista essas dificuldades, o governo suíço expandiu o projeto Cáritas Suíça para “Auxílio Suíço à Europa”,²³ o qual visava auxiliar e dirigir esses indivíduos para a Alemanha e outros países ocidentais, inclusive o Brasil.

De acordo com Santos, os preparativos para a vinda dos suábios iniciaram-se em 1949 com o envio de uma comissão, pertencente à organização suíça, que tinha como objetivo principal a averiguação de terras que poderiam ser ocupadas e cultivadas por esses imigrantes. A princípio, houve uma preferência pelo estado de Goiás, pois 60% de suas terras eram devolutas do governo federal. Contudo, a distância dos mercados consumidores e a precariedade dos sistemas rodoviário e ferroviário não possibilitariam o escoamento e a comercialização da produção, resultantes das atividades a serem exercidas pelos suábios. Prevaleceu, portanto, o projeto de imigração para o Paraná. Nesse estado, foram oferecidas terras em Clevelândia, Campos Gerais, Goioxim e Sobrão, mas a extensão territorial e a planície da região de Entre Rios chamaram a atenção da comissão. Além disso, segundo Elfes (apud Santos, 2015, p.85), o solo da região era rico em minerais, havia uma proximidade com o terminal ferroviário, o

23 Auxílio Suíço à Europa foi uma organização religiosa. Segundo Gärtner (2014, p.37, apud Santos, 2015, p.85), a comissão enviada ao Brasil “era composta pelo padre Josef Stefan, o engenheiro agrônomo Michael Moor e Georg Bormet, sacerdote da Diocese de Bomfim no Estado da Bahia, que atuou como tradutor e secretário da comissão”.

clima favorecia as atividades agrícolas e o governo estadual apoiava o empreendimento.

Após a escolha da localidade para a fixação dos imigrantes, foi realizado o primeiro embarque, em 1951, de 222 suábios e, até o ano seguinte, ocorreram mais seis embarques com destino ao Brasil, totalizando 2.448 pessoas estabelecidas em Entre Rios, no município de Guarapuava. A chegada desses imigrantes provocou impactos sociais e econômicos na região, pois a terra destinada aos suábios era ocupada por fazendeiros criadores de bovinos e extrativistas de madeira. Além disso, aproximadamente 40 famílias, descendentes de ex-escravos, ali viviam e trabalhavam em forma de parceria com os fazendeiros (Santos, 2015, p.86-8). A disputa pela posse dessas terras foi solucionada somente em 2015.²⁴

A organização da colônia de Entre Rios foi financiada por meio de decretos governamentais. O Decreto estadual n.1.229, de 18 de maio de 1951, foi responsável pela desapropriação das terras e por sua venda à Cooperativa Agrária Ltda, fundada pelos imigrantes.

24 “Em 1860, Balbina Francisca de Siqueira Cortes deixou em testamento a fazenda Capão Grande para onze ex-escravos, a apropriação destas terras foi realizada após a morte de Balbina em 1868. A fazenda foi alvo de disputas por familiares da falecida, grileiros, colonos e pelo processo de desapropriação do Distrito de Entre Rios na década de 1950. Apesar dos conflitos, os descendentes permaneceram nas terras até 1970, ano em que foram expulsos, espalhando-se para várias localidades do país. No ano de 1981 o Instituto de Terras de Cartografia (ITC) passou a representar o direito de posse dos descendentes dos ex-escravos; em 1991, a Cooperativa Agrária ganhou a ação de usucapião sobre as terras, garantindo a posse. No ano de 1995 criou-se uma associação para apoiar ações dos descendentes; em 1998 essa associação promoveu o reencontro dos herdeiros e no mesmo ano o Poder Público criou o Assentamento Paiol de Telhas na Colônia Socorro em Entre Rios, Guarapuava (PR), como tentativa de resolver provisoriamente a situação dos descendentes, entretanto, o provisório permaneceu como efetivo. [...] No dia 21 de outubro de 2014, quase dez anos após a abertura do processo, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) reconheceu como território tradicional a comunidade quilombola Invernada Paiol de Telhas – Fundão, sendo o primeiro território quilombola do Paraná. Em 11 de maio de 2015 um acordo, entre o Paiol de Telhas, o Incra, o Governo do Paraná, a Polícia Militar e a Cooperativa Agrária, garantiu efetivamente a posse das terras tradicionais” (Santos, 2015, p.88).

Coube ao governo paranaense o pagamento de indenizações aos antigos proprietários, tanto em forma de dinheiro como em ofertas de terras nas zonas cafeeiras do norte do estado. Segundo Elfes, esses pagamentos demoraram a ser realizados, ocasionando discussões e reclamações entre os suábios, os fazendeiros e o governo estadual (Elfes apud Santos, 2015, p.88).

Nos primeiros anos da colonização de Entre Rios, muitos suábios emigraram para a Alemanha ou migraram para cidades como São Paulo e Curitiba. O êxodo foi ocasionado especialmente pelas péssimas safras, pelo parcelamento das propriedades, pelos conflitos entre os imigrantes, entre outros fatores.²⁵

Além dos acordos de migração estabelecidos com governos europeus, a imigração de japoneses também esteve em pauta no debate político. O segundo governo Vargas, como já mencionado, autorizou projetos de colonização agrícola com famílias japonesas e revisou a política imigratória mais restritiva em relação a essa nacionalidade. Os japoneses passaram a ser considerados como pessoas adaptáveis às diversas regiões do Brasil – mais do que os imigrantes europeus – e suas habilidades na agricultura foram elogiadas, como podemos observar nos seguintes excertos das mensagens presidenciais:

A par destas animadoras experiências com imigrantes europeus, deve ser referido o restabelecimento, em bases racionais, da corrente imigratória japonesa, que tem revelado sobretudo sua capacidade de adaptação às nossas regiões ... [ilegível] e até mesmo insalubres, geralmente rejeitadas pelo europeu, como a Amazônia. Tendo em vista os serviços prestados à economia nacional por aquela corrente imigratória, dentre os quais avulta, sem dúvida, a contribuição para libertar o Brasil da importação de juta, decidiu o

25 Até o início de 1952, as terras eram trabalhadas coletivamente, sob a coordenação da Cooperativa Agrária, o que desagradava os colonos. “Foi justamente por esta ‘comunização’ do trabalho que os colonos fugiram da sua antiga pátria” (Elfes apud Frotscher; Stein; Olinto, s.d.).

Governo reconsiderar sua política restricionista quanto ao Japão, autorizando a imigração de dois contingentes iniciais. O primeiro, de 5.000 famílias, destinado aos juitais e outras culturas do Amazonas, Amapá e Maranhão; o segundo, de 4.000 famílias, destinado a diversos Estados ... [ilegível] principalmente ao abastecimento de nossos centros urbanos.²⁶

No que tange à imigração japonesa, cabe assinalar que, em 1953, chegaram ao Brasil 195 famílias de agricultores, num total de 1.264 pessoas. Tais imigrantes são, em sua totalidade, agricultores e aqui passaram a dedicar-se, com sua habitual proficiência, ao plantio de legumes e hortaliças, além de serem responsáveis, em grande parte, pela extraordinária expansão das culturas de juta e pimenteira do reino, na Região Amazônica.²⁷

Os primeiros imigrantes japoneses, que se dirigiram para a Amazônia no pós-guerra, chegaram a Belém do Pará em 7 de março de 1953 e depois se localizaram em Parintins, no estado do Amazonas. Outra corrente imigratória desembarcou em Santos, em julho do mesmo ano, e foi encaminhada para Dourados, no então estado do Mato Grosso. Esses foram os primeiros fluxos imigratórios de um contingente de cerca de 60 mil japoneses que vieram para o Brasil no período de 1950 a 1970. Eles se estabeleceram em diversos estados, como Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Amazonas, mas a maioria estabeleceu-se em São Paulo e no Paraná (Ninomiya, 2009, p.112). De acordo com Lesser, as elites brasileiras, de modo geral, receberam bem os imigrantes japoneses do pós-Segunda Guerra. Mais de 40% deles tinham

26 Mensagem de Getúlio Vargas aos membros do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 15 mar. 1953. Diário do Congresso Nacional, ano VIII, n.52, 16 mar. 1953, p.1844.

27 Mensagem de Getúlio Vargas aos membros do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 15 mar. 1954. Diário do Congresso Nacional, ano IX, n.6, 16 mar. 1954, p.104.

familiares que haviam se estabelecido no Brasil antes do conflito, o que contribuiu para a sua integração ao novo país (Lesser, 1995).

Considerando-se os planos de imigração e colonização com japoneses e europeus, podemos afirmar que o segundo governo Vargas incentivou e ampliou a colaboração com os países de emigração e os organismos internacionais responsáveis pelas questões de imigração e colocação de mão de obra. Esse tema foi abordado já no primeiro ano do seu mandato, como podemos constatar na mensagem presidencial de 1951:

É necessário realizar uma política de porta aberta às boas correntes imigratórias, fomentando, incentivando e ampliando, sob todas as formas, a colaboração do Governo brasileiro com os governos dos países de imigração e com os organismos internacionais a que estão afetos os vários aspectos das questões de mão de obra e imigração. Prestigiando suas iniciativas e com eles cooperando eficazmente, muito se beneficiará o Brasil, uma vez que os problemas de imigração na hora atual se colocam todos no âmbito de planejamentos internacionais.

Apoio decisivo e permanente merecem, portanto, os empreendimentos nacionais ou estrangeiros destinados a promover imigração dirigida e colonização adequadamente planejadas, ou buscando realizar em nosso País investimentos com estas finalidades. O Governo, plenamente cômico da importância deste problema para o progresso da nação, tudo facilitará à iniciativa privada neste setor.²⁸

O presidente defendia que, durante o seu governo, seriam tomadas as providências necessárias tanto no âmbito administrativo quanto no âmbito político a fim de que o Brasil pudesse retomar a “trilha segura de hospitalidade cordial”, facilitando os empreendimentos destinados a promover a imigração dirigida e a colonização

28 Mensagem ao Congresso Nacional apresentada pelo presidente da República, Getúlio Vargas, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1951. Rio de Janeiro, 15 mar. 1951, p.218.

planejada.²⁹ Nesse sentido, o governo brasileiro firmou acordos com o Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias, que auxiliou o planejamento de colonização do território nacional e manteve o fluxo para o país de uma imigração voltada principalmente para a inserção nas atividades industriais.

A participação do Brasil no Cime

De acordo com Paiva (2008, p.7-8), a fundação do Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias (Cime) foi impulsionada pelos Estados Unidos e pela Bélgica. Em oposição à Organização Internacional de Refugiados, as atividades desse comitê abrangeram a questão dos movimentos migratórios para além da classificação de pessoas refugiadas ou deslocadas da guerra. O primeiro artigo da constituição do Cime definia suas principais funções:

(a) tomar medidas para o transporte de emigrantes, para os quais os meios de vida são deficientes e que não poderiam de outra forma ser transportados de países com excesso de população para países ultramarinos que oferecem oportunidades para uma imigração ordenada; (b) promover o aumento do volume da emigração da Europa, proporcionando, a pedido e em conformidade com os Governos interessados, serviços durante o processo, e recebendo, a primeira colocação e estabelecimentos dos emigrantes que outras organizações internacionais não podem proporcionar e outras facilidades mais condizentes com os fins do Comitê. (apud Paiva, 2008, p.8)

O Cime desenvolveu programas específicos para as correntes migratórias e dispôs de uma ampla rede de funcionários e escritórios, sediados nos países que se interessavam pelos seus serviços.

29 Mensagem ao Congresso Nacional apresentada pelo presidente da República, Getúlio Vargas, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1951. Rio de Janeiro, 15 mar. 1951, p.218.

Na década de 1960, o comitê chegou a ter escritórios em cinco cidades brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre. Os funcionários contatavam os órgãos governamentais responsáveis pela admissão de estrangeiros, bem como buscavam oferecer alojamento e oportunidades de emprego aos imigrantes.

As atividades promovidas pelo Cime, financiadas majoritariamente pelo capital norte-americano, tinham uma relação intrínseca com a conjuntura de desenvolvimento econômico no pós-Segunda Guerra. A instalação de empresas multinacionais na América Latina, na Oceania e na África integrou diferentes regiões à lógica de expansão do sistema capitalista. Paralelamente à migração de capitais e empresas, estimulou-se a imigração de trabalhadores advindos de países desenvolvidos industrialmente, cujo processo de reorganização produtiva estava em andamento e, portanto, não era capaz de empregar grande parte dessa mão de obra qualificada. Nesse contexto, coube à Europa um papel fundamental: a provisão de trabalhadores qualificados para outros continentes. Dessa forma, os movimentos migratórios no pós-guerra caracterizaram-se pelo estabelecimento dos interesses estadunidenses na conjuntura da guerra fria, bem como pelo reconhecimento da cidadania, do amparo estatal, e do direito à nacionalidade e ao território (Paiva, 2008, p.8-11).

Na mensagem presidencial de 1954, podemos averiguar que a Delegação do Brasil na 4ª Sessão do Cime, ocorrida em outubro de 1952, solicitou a colaboração técnica desse comitê para o planejamento de colonização do território nacional. Estabeleceu-se que o plano geral compreenderia 7.200 famílias, das quais 70% deveriam ser europeias e 30%, brasileiras, além de considerar dois tipos de colônias:

- a) um tipo denominado de Colonização Interior, com grupos de cerca de 400 famílias em cada núcleo (em Estados mais distantes ou menos desenvolvidos, apenas 100 a 300 famílias), distribuídos em diversos Estados do Brasil, tendo como objetivo incrementar decisivamente a produção agrícola do País, e, por este meio, reduzir a importação de muitos produtos, como, por exemplo, o trigo,

e aumentar a exportação de arroz, de milho e de outros produtos rurais industrializados; e

b) uma colonização do tipo denominado de Cinturão Verde, com o objetivo de assegurar o abastecimento das grandes cidades, especialmente com produtos como hortaliças, frutas e laticínios.³⁰

Em conformidade com a direção do Cime, a etapa inicial dessa colonização procedeu à elaboração de três núcleos de Colonização Interior, no Paraná e em Alagoas, e dois projetos de Cinturão Verde nas imediações do Rio de Janeiro e no estado de São Paulo. O governo do Rio Grande do Sul, em parceria com a Campal S.A., também promoveu uma imigração colonizadora por meio do encaminhamento àquele estado de duas mil famílias advindas da Europa.

A mensagem de Vargas assinalou outros programas de colonização baseados em colônias formadas por “elementos europeus e nacionais” como, por exemplo, as colônias de agricultores holandeses, os quais chegaram ao Brasil em 1953, somando o total de 328 imigrantes encaminhados para as regiões de Ribeirão (SP), Castro (PR), Monte Alegre (PR) e Não-Me-Toque (RS). O presidente destacou que esses colonos “trouxeram, como todas as levas anteriores de agricultores dessa nacionalidade, numerosas cabeças de gado de pedigree e apreciável quantidade de equipamento agrícola de toda espécie”.³¹

Getúlio Vargas também ressaltou a questão do desenvolvimento industrial e a necessidade de admissão de um número considerável de operários qualificados. Apesar de o governo ter incentivado a criação e a ampliação de escolas profissionalizantes, como as mantidas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), tais

30 Diário do Congresso Nacional. Livro 3, p.104, mar. 1954. Livros dos Anais do Senado da República. Arquivo do Senado. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf-digitalizado/Anais_Republica/1954/1954%20Livro%203.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2018.

31 Diário do Congresso Nacional. Livro 3, p.104, mar. 1954. Livros dos Anais do Senado da República. Arquivo do Senado. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf-digitalizado/Anais_Republica/1954/1954%20Livro%203.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2018.

escolas, em número relativamente pequeno, não conseguiam atender completamente à demanda do mercado nacional concernente à qualificação da mão de obra.

Para fazer frente a essa situação, decidiu-se buscar, entre os excedentes populacionais europeus, operários de alto nível, que pudessem, sem competir em condições de favoritismo com o trabalhador nacional, assegurar à nossa indústria o suprimento de suas necessidades de mão de obra [...]

Por outro lado, o operário imigrante traz consigo o conhecimento e a experiência de técnicas e métodos mais avançados, que irão ser transmitidos, por um processo natural de assimilação, ao trabalhador brasileiro, contribuindo para a elevação geral de seu nível técnico e de seu padrão de vida e abrindo-lhe a possibilidade de uma ascensão mais rápida, na escala profissional e salarial.³²

Em 1953, o governo estabeleceu acordos com o Comissariado de Emigração da Holanda a fim de instituir, neste país, um curso de formação para operários destinados às indústrias brasileiras, no qual foram ministradas aulas de língua portuguesa, geografia, história, organização administrativa e costumes do Brasil. Na perspectiva de Vargas, esse curso era capaz de assegurar uma integração mais rápida do imigrante no país receptor, evitando “os desajustamentos de ordem psicológica”, além de tornar “o trabalho altamente eficiente, desde o início das atividades”. O resultado positivo desse acordo evidenciou-se na contratação dos imigrantes holandeses, participantes do curso em questão, por industriais brasileiros.³³

32 Diário do Congresso Nacional. Livro 3, p.105, mar. 1954. Livros dos Anais do Senado da República. Arquivo do Senado. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf-digitalizado/Anais_Republica/1954/1954%20Livro%203.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2018

33 Diário do Congresso Nacional. Livro 3, p.105, mar. 1954. Livros dos Anais do Senado da República. Arquivo do Senado. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf-digitalizado/Anais_Republica/1954/1954%20Livro%203.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2018.

Uma formação semelhante foi oferecida para os operários italianos com a participação do Cime, da Repartição Internacional do Trabalho, e dos governos italiano e brasileiro. Esse curso buscou qualificar os operários para as atividades de construção civil e, depois de aprovados, foram encaminhados para diferentes estados brasileiros. Além disso, o governo demonstrou interesse pela imigração de 350 operários austríacos, vistos como “os mais hábeis e disciplinados da Europa”, os quais foram examinados e encaminhados por meio da Comissão de Seleção de Imigrantes.³⁴

Em janeiro de 1955, o senador Francisco de Assis C. Bandeira de Melo³⁵ discursou acerca da necessidade dessa seleção e da permanência do Brasil como país-membro no CIME, argumentando o seguinte:

É quase inútil repetir que o Brasil precisa de imigrantes. A pequena densidade demográfica desta terra, o surgimento de desenvolvimento industrial a que assistimos, a necessidade primordial de aumentarmos nossa produção agrícola para fins de abastecimento, estão a reclamar gente nova e novas técnicas que venham em auxílio do trabalhador nacional no seu esforço pela construção de um Brasil cada vez mais próspero.³⁶

34 Diário do Congresso Nacional. Livro 3, p.105, mar. 1954. Livros dos Anais do Senado da República. Arquivo do Senado. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf-digitalizado/Anais_Republica/1954/1954%20Livro%203.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2018.

35 O senador Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo elegeu-se senador na legenda do PSD da Paraíba em outubro de 1952. Para que pudesse ser eleito, conseguiu, naquele ano, a renúncia de Vergniaud Wanderley, senador da UDN por aquele estado, eleito em 1945, e de seu suplente Antônio Pereira Diniz. Aberta dessa forma uma vaga no Senado, eleições suplementares foram realizadas nas quais Chateaubriand foi candidato único. Verbete biográfico disponível no acervo digital do Centro de Pesquisa e Documentação de Histórica Contemporânea do Brasil (CPDOC): <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-de-assis-chateaubriand-bandeira-de-melo>>. Acesso em 6 set. de 2018.

36 Diário do Congresso Nacional. Livro 1, p.94, jan. 1955. Livros dos Anais do Senado da República. Arquivo do Senado. Disponível em: <<http://www.senado>>.

Bandeira de Melo pontuava que os movimentos migratórios ocorriam em condições muito diferentes em comparação com o período anterior ao conflito mundial. Após o término da Segunda Guerra Mundial e a subsequente recolocação das populações deslocadas, os Estados europeus ainda enfrentavam problemas relacionados ao desemprego e à concentração populacional. Em contrapartida, alguns países americanos precisavam de “braços” para executar os seus programas de desenvolvimento econômico, os quais “estariam a exigir, não o aproveitamento de imigrantes que fossem chegando espontaneamente, mas a seleção por esses mesmos países de grupos profissionais rigorosamente de acordo com as suas necessidades”.³⁷

O governo brasileiro, sob a direção do Conselho de Imigração e Colonização, organizou uma Comissão de Seleção vinculada ao Cime, atuante na Itália e na Áustria, a qual se responsabilizou pelo encaminhamento de imigrantes para o trabalho nas indústrias e lavouras. Na perspectiva do senador Bandeira de Melo, a contribuição do Brasil paga ao Cime resultava em vantagem econômica, uma vez que não estava sob o seu encargo a alta taxa do transporte marítimo que direcionava os imigrantes para o país. Nesse aspecto, Bandeira de Melo era enfático: “se o Brasil precisa de imigrantes, a maneira mais econômica de trazê-los é, pelo exposto, utilizar-se dos serviços do Cime”. Além disso, uma possível paralisação da imigração dirigida, ocasionada por cortes de despesas governamentais, poderia prejudicar amplamente as atividades industriais e o progresso das colônias nascentes. Na perspectiva do senador, não haveria um melhor período para o governo executar a seleção dos imigrantes europeus de “alto padrão”, capazes de contribuir para o progresso do país. Em suas palavras,

leg.br/publicacoes/anais/pdf-digitalizado/Anais_Republica/1955/1955%20Livro%201.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2018.

37 Diário do Congresso Nacional. Livro 1, p.95, jan. 1955. Livros dos Anais do Senado da República. Arquivo do Senado. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf-digitalizado/Anais_Republica/1955/1955%20Livro%201.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2018

Convém ainda lembrar que outros grandes países de recepção, membros do CIME, estão canalizando para suas terras, no momento presente, a melhor parte das populações excedentárias da Europa. Uma interrupção agora da vinda de imigrantes para o Brasil privar-nos-ia, talvez, dos melhores imigrantes que a Europa tem para nos mandar. Mais tarde, quando tentássemos retomar os serviços da imigração dirigida, teríamos que nos contentar com elementos de segunda ordem.³⁸

Levando em consideração os aspectos mencionados, é possível perceber que o governo brasileiro, no contexto do pós-Segunda Guerra, apresentou um evidente interesse pelo processo de seleção, encaminhamento e colocação de imigrantes europeus, participando das atividades desempenhadas pelos órgãos internacionais responsáveis por controlar e dirigir os movimentos migratórios, a exemplo da Organização Internacional de Refugiados e, posteriormente, do Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias. Esse interesse relacionou-se com processos mais amplos como, por exemplo, a adesão do Brasil ao Bloco Ocidental, liderado pelos Estados Unidos; a distensão social na Europa; os investimentos em países economicamente subdesenvolvidos; e a demanda do mercado interno concernente à qualificação da mão de obra a fim de atender às emergentes indústrias e ao processo de modernização da atividade agrícola.

Nesse panorama, destacam-se as fundações de núcleos coloniais por meio do Plano Nacional de Colonização, constituídos, em grande parte, por famílias europeias, bem como a implementação do curso de formação para operários holandeses e italianos, os quais foram encaminhados para as indústrias brasileiras. Essas políticas governamentais, estabelecidas em larga escala no mandato de Getúlio Vargas, demonstram a influência do Cime sobre as políticas nacionais de imigração e colonização, além de evidenciarem a

38 Diário do Congresso Nacional. Livro 1, p.95, jan. 1955. Livros dos Anais do Senado da República. Arquivo do Senado. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf-digitalizado/Anais_Republica/1955/1955%20Livro%201.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2018.

retomada do fluxo imigratório em direção ao Brasil nos anos 1940 e 1950. No entanto, a configuração da política imigratória não ocorreu sem tensões ou conflitos, expressos em alguns debates realizados no Congresso Nacional que serão analisados no item “Reivindicação de amparo igualitário: os discursos em prol dos retirantes”.

Projeto de fundação do Inic

Desde o pós-guerra, a política imigratória brasileira esteve sob a responsabilidade de três órgãos institucionais: a Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura; o Departamento Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; e o Conselho de Imigração e Colonização. No entanto, já em 1952, Vargas acreditava que essa pluralidade de órgãos exercia uma influência negativa sobre a prática imigratória nacional, pois não raro havia conflitos de diretrizes entre os mencionados departamentos. Desse modo, o poder executivo enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei que visou a unificação do aparelho imigratório do país por meio da fundação do Instituto Nacional de Imigração e Colonização e da Carteira de Colonização do Banco do Brasil. Esse projeto foi apresentado aos parlamentares por meio da Mensagem n.180-52, em 28 de maio de 1952, a qual será analisada nas próximas linhas.

Na perspectiva do poder executivo, fazia-se necessário assumir fundamentalmente três compromissos nacionais que se encontravam entrelaçados: 1) oferecer melhores condições de vida às pessoas que viviam nas áreas rurais; 2) orientar as correntes migratórias a fim de promover o povoamento do país; 3) desenvolver os quadros demográficos, a curto prazo, por causa das consequências na produtividade agrícola e industrial, no abastecimento das populações e na elevação do nível cultural e técnico.³⁹

39 Mensagem n.180-52 de Getúlio Vargas para o Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 28 mai. 1952. Diário do Congresso Nacional, ano VII, n.116, 27 jun. 1952, p.5835.

Em primeiro lugar, impunha-se a questão do trabalhador rural nacional, caracterizada pela necessidade de melhorias no padrão da pequena propriedade e na exploração rural, bem como pela possibilidade de aquisição da própria terra, uma vez que essa medida era considerada como a única forma eficaz de fixar o trabalhador, “criando-lhe o apego pelo que é seu e dando-lhe estímulo para produzir mais e melhor”. Por meio de um planejamento racional, seriam estabelecidas novas bases para a ocupação dos “espaços vazios” do território nacional e o incremento das condições agrícolas em torno das cidades. A prioridade na concessão dos lotes rurais e na disponibilização dos auxílios governamentais deveria caber sempre ao trabalhador brasileiro. Desse modo, “um passo acertado para uma colonização equilibrada” do país seria dado a partir da abertura de novas zonas de produção, capazes de contribuir para o aumento da produtividade nacional.⁴⁰

Paralelamente ao encaminhamento, amparo e fixação do trabalhador nacional, caberia ao governo desenvolver a imigração. Nas palavras de Getúlio Vargas,

Manifestei desde a campanha eleitoral meu desejo de tomar as medidas possíveis nesse sentido. Efetivamente, determinei o afastamento de todos os entraves à imigração decorrentes de uma interpretação exageradamente suspicaz e restritiva da legislação vigente, recomendei a negociação de acordos para facilitar as correntes migratórias e o estudo de uma reforma na legislação.⁴¹

Na mensagem n.180-52, o presidente afirmou que o desequilíbrio demográfico entre as Nações era uma das questões mais graves, pois, se de um lado, os “excedentes populacionais” representavam

40 Mensagem n.180-52 de Getúlio Vargas para o Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 28 mai. 1952. Diário do Congresso Nacional, ano VII, n.116, 27 jun. 1952, p.5835.

41 Mensagem n.180-52 de Getúlio Vargas para o Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 28 mai. 1952. Diário do Congresso Nacional, ano VII, n.116, 27 jun. 1952, p.5835.

um fator de “inquietação social” e um “pesado ônus” para determinadas economias nacionais, por outro lado alguns países lutavam contra a baixa densidade demográfica e buscavam a “mão de obra necessária” a fim de desenvolver a produtividade e elevar o nível de vida. Dessa forma, a “correção natural” para os desajustes populacionais, em escala mundial, era a migração, compreendida como um fator capaz de deslocar de certos países o excedente populacional a fim de encaminhá-lo para as regiões onde poderia ser “melhor aproveitado”.⁴²

Nesse contexto, os movimentos migratórios tornaram-se um tema de imediato interesse para a maioria dos governos, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Os países de emigração, por um lado, deviam controlar o fluxo de saída de seus nacionais para “coibir os abusos e os excessos”, e os países de imigração, por outro lado, precisavam convenientemente “selecionar os elementos” que pudessem ser “mais úteis” e situá-los nas áreas que solicitassem por sua “oportuna e necessária” colaboração. A imigração, nessa perspectiva, mostrava-se como um fator precioso para o desenvolvimento do Brasil, pois possibilitaria o planejamento racional do fomento das produções agrícola e industrial.⁴³

Por outro lado, acreditava-se que o aparelho burocrático do país não era capaz de executar uma política imigratória de largo alcance, justamente no momento em que se processava um vasto movimento de reajustamento de populações em escala mundial, o qual poderia proporcionar “grandes benefícios” aos países subdesenvolvidos. Entre os motivos dessa “incapacidade” ressaltada na mensagem presidencial, destacava-se a multiplicidade dos órgãos responsáveis pela política imigratória brasileira, resultando em uma “burocracia administrativa altamente custosa e demorada” e na dispersão de

42 Mensagem n.10-52 de Getúlio Vargas para o Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 28 mai. 1952. Diário do Congresso Nacional, ano VII, n.116, 27 jun. 1952, p.5835.

43 Mensagem n.180-52 de Getúlio Vargas para o Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 28 mai. 1952. Diário do Congresso Nacional, ano VII, n.116, 27 jun. 1952, p.5835.

seus esforços. O “problema imigratório”, porém, exigia uma pronta mobilização de recursos e uma unidade de planejamento, além de se relacionar diretamente com a questão do povoamento e do “entrosamento” entre o estrangeiro e o trabalhador brasileiro.⁴⁴

É a imigração um problema extremamente complexo, estreitamente ligado ao do povoamento, compreendendo, portanto, não apenas a importação do braço estrangeiro como seu perfeito entrosamento com o trabalhador nacional, de forma que este não fique desamparado ante a concorrência de operários e agricultores de técnica superior, mas se beneficie do exemplo e da emulação do imigrante estrangeiro.⁴⁵

Em 1952, a política imigratória nacional, como já mencionado, estava sob a responsabilidade de três órgãos diferentes (Divisão de Terras e Colonização, Departamento Nacional de Imigração e Conselho de Imigração e Colonização). Na mensagem presidencial, evidencia-se que o CIC era o órgão responsável por orientar a política imigratória, apesar de partilhar a sua execução com os demais órgãos. Esta configuração administrativa retirava parcialmente a eficiência do Conselho, pois não lhe era permitido controlar a aplicação de seus próprios planos. Ademais, o CIC não possuía os meios necessários para orientar as migrações internas, ao passo que estas, juntamente com a imigração, concorriam para um objetivo comum: “o povoamento racional e sistemático, à base das necessidades da economia do país e até mesmo do interesse da defesa nacional”.⁴⁶

44 Mensagem n.180-52 de Getúlio Vargas para o Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 28 mai. 1952. Diário do Congresso Nacional, ano VII, n.116, 27 jun. 1952, p.5835.

45 Mensagem n.180-52 de Getúlio Vargas para o Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 28 mai. 1952. Diário do Congresso Nacional, ano VII, n.116, 27 jun. 1952, p.5835-6.

46 Mensagem n.180-52 de Getúlio Vargas para o Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 28 mai. 1952. Diário do Congresso Nacional, ano VII, n.116, 27 jun. 1952, p.5836.

O presidente apontava que os países que desempenhavam uma política imigratória ativa, como o Canadá e a Austrália, tinham obtido ótimos resultados com a fundação de um órgão centralizador, responsável por planejar e executar todos os aspectos da imigração e do povoamento, desde a seleção dos imigrantes até a sua localização e incorporação à economia do país.⁴⁷ Nesse sentido, recorreu-se ao artigo 162, da Constituição Federal de 1946, a fim de legitimar a criação do Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Esse artigo previa:

Art. 162 – A seleção, entrada, distribuição e fixação de imigrantes ficarão sujeitas, na forma da lei, às exigências do interesse nacional.

Parágrafo único – Caberá a um órgão federal orientar esses serviços e coordená-los com os de naturalização e de colonização, devendo nesta aproveitar nacionais.⁴⁸

Desse modo, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização estaria apto a cumprir todas as atribuições previstas na Constituição Federal, buscando atingir aos seguintes objetivos: a orientação do povoamento; a melhoria das condições de vida do trabalhador rural; o desenvolvimento da agricultura e melhoria do abastecimento; o aperfeiçoamento e expansão da indústria nacional, que precisava de “alta dose de imigrantes estrangeiros”.⁴⁹

O Inic, preparando e executando a política de povoamento do território, incorporava os serviços atribuídos a diferentes ministérios, tocando, inclusive, “em matéria de estreita relação com a

47 Mensagem n.180-52 de Getúlio Vargas para o Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 28 mai. 1952. Diário do Congresso Nacional, ano VII, n.116, 27 jun. 1952, p.5836.

48 Constituição Federal de 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: 3 jun. de 2018.

49 Mensagem n.180-52 de Getúlio Vargas para o Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 28 mai. 1952. Diário do Congresso Nacional, ano VII, n.116, 27 jun. 1952, p.5836.

segurança nacional”. Dessa forma, sua colocação mais adequada na administração pública seria sob a Presidência da República.⁵⁰ Entretanto, como veremos a seguir, esse aspecto do projeto inicial elaborado pelo poder executivo sofreu modificações no decorrer dos debates legislativos.

O programa imigratório e colonizador, proposto a partir da fundação do Inic, era compreendido como “inédito em nossa história”. Em vista disso, tornava-se necessária a apropriação de verbas volumosas capazes de oferecer subsídios às finalidades desse programa. O Instituto, portanto, teria uma dotação global anual não inferior a 200 milhões de cruzeiros durante cinco anos. A justificativa para esse grande investimento deu-se da seguinte forma:

A aplicação prevista é um investimento que se impõe, pela gravidade do problema social brasileiro, como um mínimo para atender ao imperativo social de facilitar o acesso aos trabalhadores nacionais da terra própria. Ela se justifica, outrossim, pelo alto rendimento econômico das inversões na imigração colonizadora dirigida. Inquéritos feitos em vários países revelam que os imigrantes europeus trazem consigo um pequeno capital pessoal para incorporar aos países de destino, fora a técnica de que são portadores, o qual é, em média, bastante superior aos investimentos que fazem os países de imigração para localizá-los, aliás sob a forma de empréstimos e adiantamentos, e só numa pequena escala sob a forma de auxílios e subsídios.⁵¹

O Inic estaria habilitado a buscar a “complementação indispensável do braço estrangeiro”, especialmente operários e agricultores especializados, após ter solucionado o “problema do trabalhador

50 Mensagem n.180-52 de Getúlio Vargas para o Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 28 mai. 1952. Diário do Congresso Nacional, ano VII, n.116, 27 jun. 1952, p.5836.

51 Mensagem n.180-52 de Getúlio Vargas para o Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 28 mai. 1952. Diário do Congresso Nacional, ano VII, n.116, 27 jun. 1952, p.5836.

nacional”, o qual se correlacionava com as migrações internas. Segundo Vargas, a solução para esta questão seria encontrada, em um primeiro momento, na elaboração de um acurado cadastro de mão de obra rural e urbana e na instalação de agências de colocação. Dessa forma, o Instituto seria capaz de orientar os movimentos migratórios internos e de distribuir o trabalhador migrante pelas diversas regiões do Brasil, priorizando os “interesses gerais da economia nacional, sem esquecer, também, os aspectos humanitários da questão”.

O Inic, incumbido da colonização com o nacional e o estrangeiro, contribuiria para a renovação dos métodos agrícolas e da estrutura agrária do país, bem como auxiliaria, em prazo relativamente curto, na expansão da produção agropecuária e na melhoria das condições de abastecimento dos grandes e pequenos centros populacionais. Em relação à imigração, o Instituto exerceria um papel importante no desenvolvimento industrial, pois uma das principais carências desse setor era a falta de mão de obra técnica e qualificada, cuja formação avaliava-se como lenta e custosa.⁵²

O “entrosamento” entre o trabalhador nacional e o imigrante representava “um problema vital para o país”. O governo deveria atender às justas reivindicações feitas pelos brasileiros, oferecendo-lhes os “meios de procurar sua subsistência e elevar seu padrão de vida”, ao mesmo tempo que a “colaboração emprestada pela técnica do trabalhador estrangeiro” não poderia ser dispensada.⁵³

Tendo em vista os encargos sob a responsabilidade do Inic, tornou-se necessária a criação de uma Carteira especializada no Banco do Brasil, nutrida parcialmente pelos fundos do Tesouro, pelos recursos diretamente mobilizados na Caixa do Banco do Brasil e pela venda de títulos especiais. De acordo com Vargas, a Carteira de Colonização estaria habilitada a direcionar recursos para o Inic;

52 Mensagem n.180-52 de Getúlio Vargas para o Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 28 mai. 1952. Diário do Congresso Nacional, ano VII, n.116, 27 jun. 1952, p.5836.

53 Mensagem n.180-52 de Getúlio Vargas para o Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 28 mai. 1952. Diário do Congresso Nacional, ano VII, n.116, 27 jun. 1952, p.5836.

promover a aplicação de capitais nacionais, estrangeiros, públicos e privados para as atividades de imigração e colonização; e, excepcionalmente, realizar programas próprios, relacionados ou não às operações da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial. Essa Carteira não podia operar no financiamento à imigração ou lançar um programa de crédito especializado para os empreendimentos de colonização, o qual exigia amplos recursos, cuja recuperação ocorria lentamente. Por essas razões, o próprio Banco do Brasil julgava como necessária a criação da Carteira de Colonização.⁵⁴

O projeto inicial de fundação do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, enviado por pelo poder executivo ao Congresso Nacional, definiu que este órgão seria uma autarquia federal, dotada de personalidade jurídica e subordinada diretamente ao Presidente da República. Caberia ao Inic assistir e encaminhar os trabalhadores nacionais imigrantes de uma região para outra; orientar e promover a seleção, entrada, distribuição e fixação de imigrantes; traçar e executar, direta ou indiretamente, o programa nacional de colonização, tendo em vista a fixação de imigrantes e o maior acesso aos nacionais da pequena propriedade agrícola. Além disso, estaria sob a sua responsabilidade a expedição de instruções para os órgãos federais que lidavam com as atividades referentes à imigração e à colonização.⁵⁵

O Inic, a fim de desempenhar as suas atribuições, poderia firmar acordos e contratos com os Estados, municípios e entidades públicas ou particulares; e, mediante expressa autorização do presidente da República, contrair empréstimos no Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento ou em outras organizações nacionais e estrangeiras. Para tanto, o poder Executivo daria a garantia do Tesouro Nacional, até a importância de 1 bilhão de cruzeiros. Além disso, o Instituto teria anualmente, no Orçamento da União, uma

54 Mensagem n.180-52 de Getúlio Vargas para o Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 28 mai. 1952. Diário do Congresso Nacional, ano VII, n.116, 27 jun. 1952, p.5836.

55 Mensagem n.180-52 de Getúlio Vargas para o Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 28 mai. 1952. Diário do Congresso Nacional, ano VII, n.116, 27 jun. 1952, p.5836.

dotação global mínima de duzentos milhões de cruzeiros, durante cinco anos, dispondo ainda do produto dos bens de seu patrimônio e da cobrança da taxa de imigração, doações e subvenções.⁵⁶

O Instituto Nacional de Imigração e Colonização seria administrado por um presidente, assistido por um Conselho Consultivo e um Conselho Fiscal, compostos por membros nomeados pelo presidente da República. Os Ministérios da Justiça e Negócios Interiores, da Agricultura, do Trabalho, Indústria e Comércio e das Relações Exteriores, juntamente com o Banco do Brasil, indicariam os membros para o primeiro Conselho. O Ministério da Fazenda e o Banco do Brasil indicariam os membros para o Conselho Fiscal, que contaria com a participação dos Estados e de outras entidades públicas quando, em conjunto, tivessem feito doações superiores a vinte e cinco milhões de cruzeiros.⁵⁷

As dotações orçamentárias e os acervos da Divisão de Terras e Colonização, do Departamento Nacional de Imigração e do Conselho de Imigração e Colonização deveriam ser transferidos para o Inic, uma vez que esses órgãos seriam extintos e o desempenho de suas funções caberia ao novo órgão.⁵⁸

Política imigratória em debate no Congresso Nacional

A Comissão Especial da Câmara dos Deputados, após ter analisado o projeto de fundação do Inic, remetido por Getúlio Vargas, advertiu que “já estava a retardar-se a obra de reforma e de

56 Mensagem n.180-52 de Getúlio Vargas para o Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 28 mai. 1952. Diário do Congresso Nacional, ano VII, n.116, 27 jun. 1952, p.5836.

57 Mensagem n.180-52 de Getúlio Vargas para o Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 28 mai. 1952. Diário do Congresso Nacional, ano VII, n.116, 27 jun. 1952, p.5836-7.

58 Mensagem n.180-52 de Getúlio Vargas para o Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 28 mai. 1952. Diário do Congresso Nacional, ano VII, n.116, 27 jun. 1952, p.5837.

amplitude que o Governo brasileiro devia à organização do serviço e à política de imigração e de colonização do País”. O governo tinha de se encarregar dessa política tanto por compromissos de ordem externa, a que se vinculava por convenções e tratados internacionais, quanto por imposição de ordem interna, dado que o povoamento do território nacional era considerado como uma das soluções de base da economia.⁵⁹

Na lógica governamental, a imigração e a colonização representavam, em primeiro lugar, processos de política e de economia com os quais o Estado seria capaz de orientar o sistema de transformação da produção e da técnica do trabalho. Assim, alguns problemas correlacionados a esses dois processos são evidenciados pelos deputados:

A preocupação de ocupar as terras ermas do Brasil não nos deve fazer esquecer que os nossos problemas populacionais se tornaram, em menos de um século, em problemas de retificações do povoamento, de acomodação de massas migrantes, de transformação da produção e do trabalho social, do equilíbrio, prestes a romper-se, da relação urbano-rural, da grave desigualdade econômica entre o Norte e o Sul e, finalmente, em problemas de equivalência dos fatores raciais da população brasileira.⁶⁰

Tendo em vista esses fatores, os dirigentes afirmavam que não eram poucos nem insignificantes “os erros e os preconceitos” que dificultavam ou desvirtuavam “o valor e o desenvolvimento dos serviços de imigração e colonização” no Brasil. Tais equívocos eram frutos de um nacionalismo e do “falso trabalhismo nacional”, que atrapalhavam a compreensão a respeito dos problemas do país e

59 Dossiê da Câmara dos Deputados. Parecer da Comissão Especial às emendas do projeto n.2.110-A de 1952, p.9. Sala da Comissão, 22 de outubro de 1952. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1219612&filename=Dossie+PL+2110/1952>. Acesso em: 13 jun. 2018.

60 Dossiê da Câmara dos Deputados. Parecer da Comissão Especial às emendas do projeto n.2.110-A de 1952, p.9. Sala da Comissão, 22 de outubro de 1952.

contrapunham o trabalhador brasileiro ao trabalhador imigrante. No entanto, os deputados consideravam a presença desse último como um “fator imediato” para o aumento e a melhoria da produção interna, além de concorrer para a elevação do salário no mercado de trabalho.⁶¹

Os deputados apontavam que os países de emigração e os de imigração possuíam interesses e objetivos díspares, porém “solidários”, fator que exigia um trabalho conjunto cujas fases pudessem ocorrer de modo associado com o intuito de receber orientação, financiamento e execução convergentes. Portanto, cabia à representação brasileira no exterior assegurar esse ponto de vista a fim de garantir “unidade e meios de exequibilidade à organização internacional dos deslocados e emigrantes”, os quais, aos milhões, tornaram-se pauta das principais questões da política mundial.⁶²

A Comissão Especial da Câmara dos Deputados afirmava que o projeto de fundação do Instituto Nacional de Imigração e Colonização merecia “aplausos unânimes” em razão da principal reforma empreendida: a unificação dos serviços de imigração e colonização. Contudo, essa unidade não deveria confundir-se com a centralização da atividade executiva para que não impedisse a ação no âmbito regional e local. Ou seja, a unificação dos serviços do Instituto deveria significar a elaboração de determinada política e o controle sobre os seus objetivos teria de estar em acordo com as diversas organizações regionais.

O projeto de lei pretende que o novo Instituto assuma a função preeminente de orientar e, quando fala em traçar a executar o programa nacional de colonização, indica que pode ser por forma direta ou indireta e prescreve que para o desempenho de suas finalidades deverá firmar acordos ou contratos com os Estados e Municípios e

61 Dossiê da Câmara dos Deputados. Parecer da Comissão Especial às emendas do projeto n.2.110-A de 1952, p.9. Sala da Comissão, 22 de outubro de 1952.

62 Dossiê da Câmara dos Deputados. Parecer da Comissão Especial às emendas do projeto n.2.110-A de 1952, p.9. Sala da Comissão, 22 de outubro de 1952.

outras entidades públicas e particulares. A futura lei abre, assim, ensejo para que esse serviço nacional ganhe, quanto possível, a flexibilidade e o poder de acomodação em contacto com regiões e organizações regionais as mais diversas do País. Que assim seja amanhã o Instituto Nacional de Imigração e Colonização ao aplicar o sistema de unidade que lhe serve de existência e deverá servir de orientação para o desenvolvimento de sua finalidade no território nacional.⁶³

A Comissão adotou três emendas ao projeto inicial do Inic, as quais foram aceitas em sua redação final. A primeira definia que o poder Executivo poderia outorgar, mediante a autorização do Congresso, a garantia do Tesouro Nacional a empréstimos até o montante de um bilhão de cruzeiros. A segunda emenda, proposta pelo deputado Sylvio Echenique,⁶⁴ determinou que a administração do Inic competiria a uma diretoria executiva, composta por um presidente, um diretor técnico e um diretor-tesoureiro. Justificava-se que a gerência do Inic deveria ser ocupada por um técnico em assuntos de imigração e colonização, assim como a função de tesoureiro deveria ficar sob a responsabilidade de uma pessoa apta a lidar com “enormes recursos pecuniários e vultosas transações”. O cargo de presidente, então, seria reservado ao papel de cúpula do Instituto.⁶⁵

A terceira emenda, apresentada pelo deputado Herbert Levy,⁶⁶ acrescentou um representante da Confederação Rural Brasileira ao

63 Dossiê da Câmara dos Deputados. Parecer da Comissão Especial às emendas do projeto n.2.110-A de 1952, p.10. Sala da Comissão, 22 de outubro de 1952.

64 Sylvio da Cunha Echenique foi prefeito municipal de Pelotas entre 1947 e 1950. No pleito de outubro de 1950, elegeu-se deputado federal pelo Rio Grande do Sul, na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), assumindo o mandato em fevereiro de 1951. Verbete biográfico disponível no acervo digital do Centro de Pesquisa e Documentação de Histórica Contemporânea do Brasil (CPDOC): <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/silvio-da-cunha-echenique>>. Acesso em: 13 jun. de 2018.

65 Dossiê da Câmara dos Deputados. Parecer da Comissão Especial às emendas do projeto n.2.110-A de 1952, p.11. Sala da Comissão, 22 de outubro de 1952.

66 No pleito de outubro de 1950, Herbert Levy foi eleito deputado federal por São Paulo, na legenda da União Democrática Nacional (UDN), sendo empossado em fevereiro de 1951. Durante o segundo governo de Vargas (1951-1954), foi

Conselho Consultivo do Inic, o qual seria composto por outros sete membros indicados pelo Ministério da Agricultura, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, pelo Ministério das Relações Exteriores e pelo Banco do Brasil, quando este houvesse criado a Carteira de Colonização.

Herbert Levy também apresentou uma segunda emenda à Comissão Especial, que estipulava a criação de um Departamento Nacional de Imigração e Colonização, subordinado ao Ministério da Agricultura, em substituição ao projeto do Inic. Sua justificativa era de que não se devia “favorecer a tendência de despojar” o mencionado ministério de algumas de suas atividades de maior relevância, a partir da fundação de novos órgãos diretamente subordinados ao Presidente da República, que tendiam “a burocratizar-se, ampliando além do necessário os seus quadros”. A Comissão rejeitou essa emenda, sendo favorável, portanto, à fundação do Inic.

Durante os debates legislativos, outros deputados apresentaram emendas ao projeto inicial proposto pelo poder executivo, principalmente no que se referia à formação do quadro de funcionários do Instituto. O deputado Francisco Gurgel do Amaral Valente⁶⁷ propôs uma emenda que garantia a transferência automática dos funcionários da Divisão de Terras e Colonização e do Departamento Nacional de Imigração para o Inic, assegurando-lhes preferência no

membro do Clube da Lanterna, organização fundada em agosto de 1953 pelo jornalista Carlos Lacerda para combater o governo federal. Verbetes biográficos disponíveis no acervo digital do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC): <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/levy-herbert>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

67 Gurgel do Amaral, no pleito de dezembro de 1945, elegeu-se deputado pelo Distrito Federal à Assembleia Nacional Constituinte, na legenda do PTB. Reeleito em outubro de 1950, tornou-se secretário da Câmara e deixou o PTB em 1951, filiando-se ao Partido Republicano (PR). Verbetes biográficos disponíveis no acervo digital do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC): <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-gurgel-do-amaral-valente>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

preenchimento das funções de nível superior, desde que contassem com mais de cinco anos de experiência. Os servidores de nível universitário, de mais de dez anos de exercício, e que se encontrassem prestando serviços com funcionários de cargo técnico, portadores do mesmo diploma, poderiam ser aproveitados em funções equivalentes às daqueles servidores, desde que apresentassem diplomas e documentos que certificassem o exercício da profissão por mais de cinco anos.⁶⁸ Essa emenda, para Gurgel do Amaral, era classificada como perfeitamente justificável. Em suas palavras,

Não se compreende que com a transformação de dois importantes serviços num terceiro, não fique desde logo expressa e inequivocamente estabelecida também a transferência automática dos respectivos servidores.

A medida tem, além do mais, o seu aspecto econômico, e ainda grande alcance no que diz respeito à administração, tendo-se em vista a prática que adquiriram os servidores daqueles departamentos durante longos anos de atividade.⁶⁹

A preferência dada ao aproveitamento dos funcionários era considerada por Amaral como “um estímulo e um reconhecimento ao tempo de trabalho dedicado ao Serviço Público”. Alguns serviços técnicos, como a assistência jurídica e a procuradoria, eram preenchidos por meio de nomeações e admissões livres mediante a apresentação de diplomas. Segundo essa concepção, os servidores, com mais de dez anos de experiência, mereciam uma “reparação” a ser lembrada na oportunidade de transformação dos órgãos administrativos.

68 Dossiê da Câmara dos Deputados. Emenda. Projeto n.2.110 de 1952. Gurgel do Amaral, 11 de setembro de 1952.

69 Dossiê da Câmara dos Deputados. Emenda. Projeto n.2.110 de 1952. Gurgel do Amaral, 11 de setembro de 1952.

O deputado Lopo de Carvalho Coelho,⁷⁰ juntamente com outro deputado,⁷¹ apresentou uma emenda que buscava assegurar o aproveitamento do pessoal do Conselho de Imigração e Colonização no quadro do novo órgão, “destinando-se os demais cargos, por eles não preenchidos, à admissão, na forma da lei, do restante do pessoal, porventura necessário”.⁷² A emenda, segundo a justificativa dos deputados, visava amparar os direitos dos funcionários do CIC que, durante anos, prestaram-lhe “eficiente colaboração”. A partir da extinção do Conselho, os seus servidores, “especializados em assuntos de imigração e colonização”, seriam transferidos para outros órgãos da administração federal ou “poderiam ser lançados ao desemprego”, o que poderia ocasionar “sérios prejuízos para o serviço público” e para os interessados.

Na perspectiva dos deputados, o CIC possuía uma equipe de funcionários aptos a executar as amplas e complexas atividades que passariam para o Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Não seria possível esperar que esse órgão formasse, às pressas, novos e competentes servidores capazes de lhe assegurar “funcionamento harmônico”. Além disso, os funcionários dos outros órgãos extintos, pertencentes aos quadros dos Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio e da Agricultura, seriam aproveitados nos demais departamentos dos próprios ministérios, caso não fossem transferidos para o Inic.⁷³

70 No pleito de outubro de 1950, Lopo de Carvalho Coelho elegeu-se deputado pelo Distrito Federal na legenda do Partido Social Democrático (PSD), assumindo o mandato em fevereiro de 1951. Verbetes biográficos disponíveis no acervo digital do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC): < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lopo-de-carvalho-coelho>>. Acesso em: 13 jun. de 2018.

71 A assinatura do nome do segundo deputado é ilegível.

72 Dossiê da Câmara dos Deputados. Emenda ao Projeto de Lei n.2.110, oriundo de Mensagem do Poder Executivo, propondo a criação do Instituto Nacional de Imigração e Colonização.

73 Dossiê da Câmara dos Deputados. Emenda ao Projeto de Lei n.2.110, oriundo de Mensagem do Poder Executivo, propondo a criação do Instituto Nacional de Imigração e Colonização.

O deputado Hugo da Cunha Machado⁷⁴ também propôs uma emenda que pretendia assegurar a opção em cargos ou funções correspondentes no Inic ao pessoal técnico dos três órgãos extintos. A justificativa apresentada por Machado evidenciava que o Departamento Nacional de Imigração não poderia ser extinto sem que fosse dada, *a priori*, uma posição definível aos seus funcionários.⁷⁵

Em contrapartida, o deputado Nestor Duarte,⁷⁶ relator da Comissão Especial da Câmara, elaborou um parecer a respeito das emendas citadas. Em sua opinião, a transferência automática dos funcionários da Divisão de Terras e Colonização e do Departamento Nacional de Imigração não interessava de modo algum ao serviço público, ao novo Instituto, aos seus ministérios e aos próprios servidores. Em primeiro lugar, não era possível prever quais seriam os funcionários de que o Inic precisaria. Em segundo lugar, a saída dos servidores de seus respectivos ministérios poderia ser um fator inconveniente, uma vez que faltavam funcionários técnicos no Ministério da Agricultura. Em terceiro lugar, essa transferência poderia ser “detrimentosa e incômoda” para os servidores, além de suscitar possivelmente “problemas de reajustamento e lotação”.⁷⁷

74 Em outubro de 1950, Cunha Machado elegeu-se deputado federal pelo Maranhão na legenda do Partido Social Trabalhista (PST). Verbetes biográficos disponíveis no acervo digital do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC): <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/hugo-da-cunha-machado>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

75 Dossiê da Câmara dos Deputados. Emenda ao Projeto de Lei n.2.110. Cunha Machado, 25 de setembro de 1952.

76 Nestor Duarte Guimarães foi reeleito deputado federal em outubro de 1950 na legenda da Coligação Baiana, constituída pelos partidos Social Democrático (PSD), de Representação Popular (PRP) e Social Trabalhista (PST). Verbetes biográficos disponíveis no acervo digital do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC): <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/nelson-duarte-guimaraes>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

77 Dossiê da Câmara dos Deputados. Parecer às emendas ao projeto n.2.110-A de 1952. Presidente: Sylvio Echenique. Relator: Nestor Duarte. Sala da Comissão, 22 de outubro de 1952, p.1-2.

Essa transferência de tantos funcionários acarretaria uma restrição grave para o Governo – a de organizar o quadro do Instituto tendo em vista não as suas necessidades, mas o número e a especialidade dos funcionários ou servidores previamente transferidos. Seria absurdo. São funcionários de Ministério, pertencem aos quadros e serviços de rotina dessas organizações, justo é que permaneçam onde se encontram até que sua transferência ou lotação se faça por conveniência dos Ministérios citados e do Instituto a ser criado. Os restantes dispositivos da emenda pretendem criar empregos, aumentar vencimentos, determinar promoções. Quando não existissem tantos motivos de interesse público a condenarem semelhante iniciativa, bastaria o da inconstitucionalidade para inquiná-la.⁷⁸

Nestor Duarte, contudo, apresentava uma opinião diversa acerca do aproveitamento do pessoal do Conselho de Imigração e Colonização no quadro do novo Instituto. Ele afirmava que não havia dúvidas de que o Inic nascia, antes de tudo, da transformação do CIC, o qual era um órgão estranho à organização ministerial e subordinado à Presidência da República. Dessa forma, considerava que a situação de seus funcionários, a partir da extinção do Conselho, não era a mesma daqueles outros servidores. O relator propôs uma emenda substitutiva com o objetivo de atender ao “interesse do serviço” e à “própria conveniência do funcionário”, mas “sem a criação de favores e vantagens” proibida por lei. Essa emenda está presente na redação final do projeto do INIC com a seguinte determinação:

O pessoal dos órgãos extintos no Ministério da Agricultura e no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio terá opção para ser, quanto possível, aproveitado no Instituto Nacional de Imigração e Colonização, e ao do Conselho de Imigração e Colonização fica

78 Dossiê da Câmara dos Deputados. Parecer às emendas ao projeto n.2.110-A de 1952. Presidente: Sylvio Echenique. Relator: Nestor Duarte. Sala da Comissão, 22 de outubro de 1952, p.2.

assegurada a transferência para o mesmo Instituto, na situação jurídica em que se encontre cada funcionário.⁷⁹

O parecer também tratou sobre uma proposta de emenda elaborada pelo deputado Íris Meinberg,⁸⁰ a qual definia que o Instituto Nacional de Imigração e Colonização deveria ser subordinado ao Ministério da Agricultura e não à Presidência da República, conforme determinava o projeto inicial enviado por Getúlio Vargas. O deputado Nestor Duarte, por outro lado, pronunciou-se favorável à subordinação do Inic ao Poder Executivo, assegurando que seria difícil promover a unificação dos serviços e a sua execução em quaisquer dos ministérios existentes. Além disso, a posição do Instituto deveria corresponder à posição do CIC, ou seja, sob a presidência da República.⁸¹

O parecer da Comissão Especial, de 22 de outubro de 1952, sugere não ter satisfeito às intenções de uma parcela dos dirigentes. Em 14 de novembro, diversos deputados assinalaram uma emenda durante a segunda discussão sobre o projeto de fundação do Inic, a qual determinava que os servidores da Divisão de Terras e Colonização e do Departamento Nacional de Imigração poderiam optar, em um prazo de trintas dias, pela sua permanência nos respectivos ministérios, caso contrário seriam transferidos automaticamente para o Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Esses funcionários também teriam preferência nas mesmas funções ou em cargos que

79 Dossiê da Câmara dos Deputados. Parecer às emendas ao projeto n.2.110-A de 1952. Presidente: Sylvio Echenique. Relator: Nestor Duarte. Sala da Comissão, 22 de outubro de 1952, p.3.

80 No pleito de outubro de 1950, Iris Meinberg foi eleito deputado federal por São Paulo na legenda da União Democrática Nacional (UDN). Verbetes biográficos disponíveis no acervo digital do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC): < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/meinberg-iris> >. Acesso em: 15 jun. 2018.

81 Dossiê da Câmara dos Deputados. Parecer às emendas ao projeto n.2.110-A de 1952. Presidente: Sylvio Echenique. Relator: Nestor Duarte. Sala da Comissão, 22 de outubro de 1952, p.3.

viesses a ser criados no Instituto, embora estes fossem “de nível e remuneração superiores”.⁸²

De acordo com os deputados, essa emenda baseava-se em três pontos principais: 1) não se compreendia que, com a extinção de “dois importantes Serviços” e a conseqüente criação de um novo órgão, não fossem transferidos automaticamente para este todos os servidores daqueles; 2) essa medida teria grande alcance no aspecto administrativo, pois os servidores adquiriram prática e se tornaram especializados nas atividades exercidas em seus departamentos; 3) não poderiam ser desprezados os direitos e as vantagens adquiridos pelos funcionários realocados no novo órgão. Com a emenda em questão, os deputados afirmavam que prestariam “apreciável serviço” ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização, pois a sua direção encontraria mais facilidade para organizá-lo do que se tivesse de contratar novos funcionários inexperientes, “sem tirocínio no serviço e alheios às peculiaridades da prática”.⁸³

Tendo em vista esse posicionamento de diversos deputados, a Comissão Especial da Câmara dos Deputados apresentou, em 21 de novembro de 1952, um parecer com o objetivo de reiterar que a situação dos funcionários dos órgãos extintos não deveria sobrepor-se aos interesses do novo Instituto. O direito de cada funcionário permanecia resguardado com a emenda substitutiva proposta pela Comissão e o quadro do Inic, por sua vez, deveria ser organizado conforme as necessidades de seu serviço.

Há certas pretensões em prol de interesses pessoais dos funcionários que acabam por autorizar a crítica de que toda a classe vive

82 Dossiê da Câmara dos Deputados. Projeto n.2.110-D – 1952. Cria o Instituto Nacional de Imigração e Colonização e dá outras providências; tendo parecer da Comissão Especial contrário à emenda de segunda discussão. 14 de novembro de 1952, p.2.

83 Dossiê da Câmara dos Deputados. Projeto n.2.110-D – 1952. Cria o Instituto Nacional de Imigração e Colonização e dá outras providências; tendo parecer da Comissão Especial contrário à emenda de segunda discussão. 14 de novembro de 1952, p.3.

a pleitear e a obter favores imoderados e repetidos do Congresso, o que é, aliás, uma crítica tantas vezes injusta. A emenda, ainda que não tenha esse propósito, é das tais que podem levantar essa dúvida. Não lhe vemos fundamento e a julgamos inoportuna em face do que dispõe o projeto. Somos pela sua rejeição.⁸⁴

No decorrer de 1953, o projeto de criação do Instituto Nacional de Imigração e Colonização foi analisado pelas seguintes comissões do Senado: Constituição e Justiça, Economia, Legislação Social e Finanças. Analisaremos, a seguir, os aspectos evidenciados pelos senadores acerca do povoamento do Brasil, das migrações internas, da colonização com o imigrante e da figura do “homem rural” brasileiro, designado também como “nativo”.

Landulpho Alves,⁸⁵ relator da Comissão de Economia do Senado, defendeu que o povoamento do país carecia de orientação por parte dos poderes públicos, pois, a mercê de fatores ocasionais, realizava-se sem qualquer diretriz técnica, resultando em um desequilíbrio político-econômico entre as forças de produção rural e as de industrialização, bem como entre as diferentes regiões do Brasil.⁸⁶

Alguns Estados, assolados por condições climáticas, testemunhavam a migração de grandes massas populacionais que buscavam trabalho e conforto nos centros urbanos, porém ali acabavam

84 Dossiê da Câmara dos Deputados. Projeto n.2.110-D – 1952. Cria o Instituto Nacional de Imigração e Colonização e dá outras providências; tendo parecer da Comissão Especial contrário à emenda de segunda discussão. 14 de novembro de 1952, p.3.

85 Em 1950, Landulpho Alves de Almeida foi eleito senador pela Bahia na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Entre 1938 e 1942, assumiu o cargo de interventor federal nesse Estado e o seu governo deixou marcas duradouras nos setores de agricultura, transporte, educação e cultura, saúde e urbanismo. Verbetes biográfico disponível no acervo digital do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC): <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/landulfo-alves-de-almeida>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

86 Dossiê da Câmara dos Deputados. Parecer n.1.156, de 1953, da Comissão de Economia sobre o projeto de lei que “cria o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, e dá outras providências”. Senado Federal. p.2.

permanecendo “em condições não raro ruinosas”. Enquanto isso, a indústria prosperava, o custo de vida nas cidades elevava-se e a economia imobiliária atingia proporções gigantescas, contrastando com a redução percentual dos gêneros de primeira necessidade, em seu volume e em sua qualidade. Essa trágica conjuntura econômica e social, segundo Alves, era fruto da “falta de sistema, de orientação, de normas de equilíbrio” ao povoamento do país e à sua atividade econômica.⁸⁷ Do outro lado, encontrava-se a colonização com o “elemento estrangeiro”, especialmente o europeu, a qual se apresentava como uma “necessidade premente” que não poderia ser mais adiada. Nas palavras do senador,

Nesse capítulo [...] estamos às apalpadelas, ocupando-nos com detalhes de somenos importância (se há um cego, um aleijado, um paraplético, um irmão de criminoso nas famílias que devemos receber), perdendo de vista o grosso do problema e os grandes lances para a sua solução, qual seja a entrada de centenas de milhares de agricultores ou de industriais, que de todos carecemos inadiavelmente, na fusão dos elementos que hão de constituir a nova densidade demográfica, notadamente no meio rural.⁸⁸

Alves julgava que “sacrifícios grandes” seriam justificáveis para que ocorresse o desenvolvimento das atividades exercidas pelos trabalhadores imigrantes, das quais resultariam “o aproveitamento racional de nossas riquezas agrícolas”, pois considerava que as populações rurais brasileiras eram, em sua maioria, “sem capacidade e sem técnica”. Nessa perspectiva, o homem rural, ou “nativo”, não possuía a preparação, a educação e, acima de tudo, a “ambiçãõ pessoal” necessárias para desenvolver as vastas regiões agrícolas do país.

87 Dossiê da Câmara dos Deputados. Parecer n.1.156, de 1953, da Comissão de Economia sobre o projeto de lei que “cria o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, e dá outras providências”. Senado Federal. p.2.

88 Dossiê da Câmara dos Deputados. Parecer n.1.156, de 1953, da Comissão de Economia sobre o projeto de lei que “cria o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, e dá outras providências”. Senado Federal. p.2-3.

É necessário o elemento estrangeiro, ao lado do qual estará o nacional, crescendo em eficiência, transformando-se em valor realmente produtivo, pelo exemplo, pela evidência da vantagem de processos que melhor influirá na orientação dos seus filhos os quais desde meninos, terão a atividade voltada para as lides agrícolas, com sentido novo de exploração racional e econômica.⁸⁹

A preocupação da Comissão de Economia do Senado, no que concernia ao avanço das atividades agrícolas, evidenciou-se na apresentação de uma emenda que propôs uma maior representação ao Ministério da Agricultura no Conselho Consultivo do Inic. A sua justificativa pautava-se pelos numerosos encargos que contariam com a orientação desse Ministério: a escolha e a localização do imigrante; o estudo de zonas aptas à colonização; o estabelecimento de colônias; e a assistência técnica aos colonos durante o desempenho de suas atividades. Sendo assim, o Ministério da Agricultura deveria indicar dois membros para integrarem o Conselho Consultivo do novo Instituto, enquanto os demais ministérios, o Banco do Brasil e a Confederação Rural Brasileira poderiam indicar somente um membro. Ademais, a designação realizada por essa Confederação deveria ser feita em lista tríplice, optando por pessoas conhecedoras dos assuntos relacionados à colonização, à imigração e ao meio rural.⁹⁰

A Comissão de Finanças do Senado,⁹¹ ao analisar o projeto de fundação do Inic, ressaltou que era preciso atender os problemas relacionados à base do aumento populacional e da produção econômica, tanto nas novas zonas, que ansiavam por “braços” capazes de acompanhar o seu crescente avanço, quanto nas regiões que

89 Dossiê da Câmara dos Deputados. Parecer n.1.156, de 1953, da Comissão de Economia sobre o projeto de lei que “cria o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, e dá outras providências”. Senado Federal. p.3.

90 Dossiê da Câmara dos Deputados. Parecer n.1.156, de 1953, da Comissão de Economia sobre o projeto de lei que “cria o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, e dá outras providências”. Senado Federal. p.5.

91 Dossiê da Câmara dos Deputados. Parecer n.1.158, de 1953, da Comissão de Finanças sobre o projeto de lei que “cria o Instituto Nacional de Imigração e Colonização”. Senado Federal. p.7.

apresentavam um alto índice de natalidade, porém se encontravam economicamente estagnadas e acabavam por expulsar um grande número de migrantes internos para outras áreas (como no caso dos estados nordestinos).

Considerava-se que o Brasil era um “país em pleno emprego”, pois existia uma constante procura por mão de obra em diferentes setores. Em contrapartida, faltavam trabalhadores especializados tanto na indústria como na agricultura. Este panorama agravava-se com o êxodo rural, que tirava os “braços” da agricultura e, ao mesmo tempo, não oferecia artífices para o parque industrial. A consequência, apontada no parecer da Comissão, era um acúmulo de pessoas marginais nos centros urbanos, “de baixa ou nenhuma produtividade, povoando favelas e agravando o problema social”.⁹²

De acordo com o senador Álvaro Adolfo,⁹³ relator da mencionada Comissão, era preciso evitar que os brasileiros fossem atraídos para os centros urbanos mediante sua fixação em zonas que pudessem oferecer melhores condições de produção e de rendimento, considerando-se a qualidade e a fertilidade das terras, bem como as possibilidades de transporte ao longo das linhas axiais. Do outro lado, havia a “necessidade de encaminhar correntes imigratórias” que contribuíssem para o povoamento e o desenvolvimento das produções agrícola e industrial. Os “trabalhadores alienígenas” poderiam se fixar “em zonas de sua melhor adaptação” e trariam consigo “o contingente de novas técnicas de trabalho e métodos avançados de produção”.⁹⁴

92 Dossiê da Câmara dos Deputados. Parecer n.1.158, de 1953, da Comissão de Finanças sobre o projeto de lei que “cria o Instituto Nacional de Imigração e Colonização”. Senado Federal p.8.

93 Álvaro Adolfo da Silveira foi um dos fundadores da seção paraense do Partido Social Democrático (PSD), na legenda do qual se elegeu senador em 1945, 1950 e 1954. Verbete biográfico disponível no acervo digital do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC): <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alvaro-adolfo-da-silveira>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

94 Dossiê da Câmara dos Deputados. Parecer n.1.158, de 1953, da Comissão de Finanças sobre o projeto de lei que “cria o Instituto Nacional de Imigração e Colonização”. Senado Federal. p.7.

Tendo em vista esses aspectos, competia ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização o exercício de uma larga política de povoamento em moldes técnicos e econômicos a fim de encerrar o “longo período de empirismo da ação oficial nessa matéria”. Os senadores apresentaram uma crítica à multiplicidade dos órgãos anteriormente responsáveis pela política de colonização, pois esta configuração administrativa permitia um conflito de competências e uma “quebra de unidade” que tornavam os seus serviços deficientes. A imigração e a colonização, faces de um mesmo problema, tinham de ser dirigidas de modo análogo, sob a jurisdição do Ministério da Agricultura.⁹⁵

A centralização dos serviços neste caso é da maior importância para que da ação unitária do Governo resulte a ação sinérgica dos órgãos responsáveis pela atração, seleção e fixação de imigrantes, como pelo encaminhamento dos trabalhadores nacionais às zonas de produção e o seu agrupamento em colônias com elementos alienígenas. Até mesmo pela necessidade que há em manter sob uma só direção e em serviços conjugados a imigração e a colonização, como modos de solução racional de um mesmo problema: o de povoamento em bases econômicas.⁹⁶

A legislação vigente sobre o fenômeno imigratório pautava-se em muitos “paradigmas estrangeiros” que não mais atendiam a “um sistema compatível com as condições reais da economia brasileira”. O projeto de fundação do Inic marcava, portanto, uma nova orientação na política imigratória a partir da execução de programas destinados a atrair imigrantes “convenientes” para o Brasil. Segundo o parecer da Comissão de Finanças, os órgãos precedentes de

95 Dossiê da Câmara dos Deputados. Parecer n.1.158, de 1953, da Comissão de Finanças sobre o projeto de lei que “cria o Instituto Nacional de Imigração e Colonização”. Senado Federal. p.8 e 12.

96 Dossiê da Câmara dos Deputados. Parecer n.1.158, de 1953, da Comissão de Finanças sobre o projeto de lei que “cria o Instituto Nacional de Imigração e Colonização”. Senado Federal. p.8.

direção deixaram de receber correntes imigratórias proveitosas ao desenvolvimento econômico do país “devido a certo misoneísmo político ou preconceito racial”. Durante e logo após a Segunda Guerra Mundial, o país havia perdido a oportunidade e “o melhor momento” para dirigir uma “torrente substancial de povoadores de primeira ordem, à nossa escolha, muitos deles de estirpes já fixados nas colônias do Sul”.⁹⁷

O Inic, por meio de um sistema de colonização adequado à realidade brasileira, deveria utilizar o “elemento nacional” na fase de povoamento e a “contribuição alienígena” no aperfeiçoamento dos métodos de trabalho. Ou seja, defendia-se que os núcleos coloniais teriam de ser quanto possível miscigenados. Além disso, era preciso criar condições favoráveis ao imigrante para que ele pudesse se adaptar ao novo país através de uma avaliação sobre a sua “raça”, o clima do seu país de origem, suas formas preferenciais de produção e o seu grau de cultura.⁹⁸

O parecer do senador Álvaro Adolfo demonstra notadamente a preocupação com a possibilidade de formação dos chamados “quistos raciais”, uma vez que o Brasil, na conjuntura internacional, era solicitado constantemente a receber diferentes correntes imigratórias. Segundo esse ponto de vista, os brasileiros deveriam compor a base dos núcleos coloniais, representando cerca de 60% da população fixada. Em seguida, a “assimilação dos grupos alienígenas” poderia ser operada, “apesar da diversidade de raças e culturas, do estilo arquitetônico, das religiões, das diversões, das formas de alimentação etc.”. Acreditava-se que do “choque racial” entre o nacional e o estrangeiro resultaria a “amalgamação e a integração” deste ao meio brasileiro, pois, ao final deste processo, o colono tornar-se-ia um “cidadão de nosso país”. Esse sistema de colônias mistas, defendido

97 Dossiê da Câmara dos Deputados. Parecer n.1.158, de 1953, da Comissão de Finanças sobre o projeto de lei que “cria o Instituto Nacional de Imigração e Colonização”. Senado Federal. p.8.

98 Dossiê da Câmara dos Deputados. Parecer n.1.158, de 1953, da Comissão de Finanças sobre o projeto de lei que “cria o Instituto Nacional de Imigração e Colonização”. Senado Federal. p.8-9.

no parecer da Comissão, apoiava-se na obra *Imigração* (1934) de Julio de Revorêdo, que teve o seguinte trecho destacado no debate legislativo:

Nas concentrações agrícolas mistas, além do incentivo trazido pelo preparo técnico, pelo amor ao trabalho, do lavrador alienígena ao nativo, deve-se ainda considerar importantíssimo problema da assimilação, que encontra em tais formações rurais uma das suas melhores soluções [...] Os colonos alienígenas poderiam constituir uma quinta parte do total dos obreiros existentes em cada concentração e seriam escolhidos entre os mais aptos para os trabalhos agrícolas de diversas nacionalidades.⁹⁹

De acordo com Carvalho, o advogado paulista Julio de Revorêdo, na mencionada obra,¹⁰⁰ abordou os conceitos de “imigração” e “emigração”, o sentido da colonização, o povoamento dos espaços agrícolas e as diferentes legislações imigratórias de países americanos e europeus que definiram a posição a ser ocupada pelos imigrantes em seus territórios. Uma das principais abordagens de Revorêdo referia-se aos “preconceitos raciais”. Ele defendia que o Brasil não enfrentava qualquer tipo de problema racial, pois os negros, os brancos, os índios e os mestiços gozavam das mesmas oportunidades econômicas, sociais e políticas, dependendo exclusivamente do seu grau de instrução ou de riqueza. Esse argumento corroborava com outro tema destacado pelo autor: o da assimilação. Tendo em vista que o país não enfrentava questões de cunho racial, a assimilação do

99 Dossiê da Câmara dos Deputados. Parecer n.1.158, de 1953, da Comissão de Finanças sobre o projeto de lei que “cria o Instituto Nacional de Imigração e Colonização”. Senado Federal. p.9.

100 A elaboração de um estudo sobre imigração foi solicitado a Julio de Revorêdo pela Secretaria da Agricultura de Minas Gerais, o qual contou com o patrocínio financeiro da Imprensa Oficial do Estado (Carvalho, 2017, p.3-21. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/wp-content/uploads/2018/04/Vol.8-N.1_p.3-21.pdf>. Acesso em: 3 set. 2018).

imigrante processava-se sem grandes dificuldades. A mistura das raças, portanto, era um produto natural no Brasil.

O projeto de fundação do Instituto Nacional de Imigração e Colonização foi analisado e discutido pelas mencionadas comissões e, na sessão de 22 de outubro de 1953, o Senado determinou a sua aprovação mediante a disposição de sete emendas, das quais se destacam a subordinação desse órgão ao Ministério da Agricultura, em oposição à proposta inicial de submissão à Presidência da República, e a supressão da possibilidade do Inic solicitar empréstimos no Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento ou em outras organizações nacionais e estrangeiras. Modificado parcialmente pelas propostas de emendas do Congresso Nacional, o projeto retornou para a Câmara dos Deputados a fim de ser reavaliado pela Comissão Especial.¹⁰¹

Na perspectiva dos legisladores, o Brasil precisava encarregar-se urgentemente dos “problemas de imigração e da colonização” tanto por motivos de ordem internacional, referentes à sua participação em convenções e tratados, como por razões de ordem interna, sublinhando-se o povoamento e o uso adequado das terras como uma das soluções fundamentais para o desenvolvimento da economia. Nesse sentido, o processo de ocupação do território nacional deveria ser guiado pelas “luzes da técnica” e pelo planejamento econômico, ao invés de ser realizado por “fatores ocasionais” apontados como o “simples impulso de gênio aventureiro da raça”, “o estímulo das especulações imobiliárias” ou a “cobiça de comboieiros inescrupulosos”, movidos pelo “desejo de lucro” decorrente da carga de retorno de seus caminhões que levavam pessoas para diversas regiões do território nacional. A falta de uma “política esclarecida e orientada” em relação aos problemas de povoamento – somados à seca, à inflação e ao latifúndio – era considerada a causa da “desordem econômica e social” que vigorava no país.

101 Dossiê da Câmara dos Deputados. Parecer da Comissão Especial. Relatório. 23 nov. de 1953. Dossiê da Câmara dos Deputados referente ao PL 2110/1952. Arquivo da Câmara dos Deputados.

O “problema da imigração”, por seu turno, estava sujeito a “planejamentos racionais” que poderiam “livrar” a população brasileira de preconceitos contidos, por exemplo, na história da colonização alemã na região sul do país e a dos japoneses em São Paulo. Segundo essa interpretação, o “enquistamento” dos imigrantes e a marginalização de suas famílias deviam-se ao “próprio modo do brasileiro sentir o estrangeiro”, considerando-o como ambivalente em consequência de juízos de valores contraditórios e incoerentes. Por outro lado, a Comissão Especial da Câmara também defendia que os filhos dos imigrantes eram indivíduos “desajustados”, pois perdiam “a escala e medida do comportamento tradicional da sua família alienígena” e não adquiriam os “valores éticos e cívicos da nova pátria”, tornando-se marginais. Nesse contexto, caberia ao Inic o enfrentamento do problema com ações educacionais e a efetivação de uma política de colonização pautada por dar forma e assistência ao “funcionamento racional dos processos aculturativos e a inter-relação dos grupos adventícios com as comunidades nativas”.¹⁰²

Tendo em vista os diversos problemas apontados pelos deputados, o projeto de criação do Inic nos anos 1950 foi considerado como uma das “maiores tarefas na nacionalidade”.¹⁰³ Aprovado pelo Congresso Nacional em dezembro de 1953, com as mencionadas modificações propostas por senadores e deputados, Getúlio Vargas sancionou a Lei n.2163,¹⁰⁴ de 5 de janeiro de 1954, que em seu artigo 1º estabeleceu: “É criada, na forma do artigo 162 da Constituição, uma autarquia federal, denominada Instituto Nacional de Imigração e Colonização”.

102 Dossiê da Câmara dos Deputados. Parecer da Comissão Especial. Relatório. 23 nov. de 1953. Dossiê da Câmara dos Deputados referente ao PL 2110/1952. Arquivo da Câmara dos Deputados, p.3-4.

103 Dossiê da Câmara dos Deputados. Parecer da Comissão Especial. Relatório. 23 nov. de 1953. Dossiê da Câmara dos Deputados referente ao PL 2110/1952. Arquivo da Câmara dos Deputados, p.4.

104 Lei n.2.163, de 5 de Janeiro de 1954. “Cria o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, e dá outras providências”. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2163-5-janeiro-1954-361499-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 28 ago. 2020.

Reivindicação de amparo igualitário: os discursos em prol dos retirantes

Enquanto o projeto de fundação do Inic esteve em debate nas comissões da Câmara e do Senado, alguns representantes políticos assumiram posições diversas sobre o tema migratório. Enfatizaremos neste tópico os discursos de deputados e senadores que se destacaram pelas duras críticas feitas à política migratória vigente no país e à acolhida oferecida para os estrangeiros, contrastando-a com as difíceis condições enfrentadas pelos migrantes nordestinos que se dirigiam para outras regiões do Brasil.

Segundo Paiva (2009), desde os anos 1930 e 1940, o estado de São Paulo reorganizou os serviços de imigração a fim de recepcionar, selecionar e encaminhar os trabalhadores migrantes, oriundos especialmente do Nordeste e de Minas Gerais. A necessidade de uma mão de obra ainda mais barata para impulsionar a cafeicultura fez que a Secretaria da Agricultura desse estado reestruturasse os seus serviços para ajustá-los à nova realidade da política de mão de obra dos governos paulista e federal (Paiva, 2009, p.33).

Esses migrantes foram direcionados prioritariamente para as áreas de plantio de café e algodão, nas regiões oeste e noroeste do Estado de São Paulo, porém eles promoveram gradativamente um novo êxodo dessas áreas para a capital paulista, sendo integrados no próspero parque industrial. Entre o final da década de 1940 e o início dos anos 1950, a formação de redes sociais na cidade de São Paulo já possibilitava uma migração rural-urbana, ou seja, da região Nordeste diretamente para a capital paulista. O fluxo migratório espontâneo de nordestinos para São Paulo e para todo o Sudeste retroalimentou as fábricas, quase como um movimento inercial. Ao mesmo tempo, a naturalização dos problemas sociais enfrentados no Nordeste já havia se firmado e despontava uma política migratória moderna e seletiva, compassada com as novas possibilidades de crescimento econômico do país e concebida como fundamental para o processo de modernização das atividades industriais (Paiva, 2009), p.33-6).

Nessa conjuntura, o deputado Romeu de Campos Vergal¹⁰⁵ condenou veementemente a entrada de imigrantes que inicialmente eram encaminhados para as lavouras e zonas rurais, porém, após alguns meses, decidiam migrar para os centros urbanos, especialmente para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Nesses locais, os estrangeiros, caracterizados como “homens fortes”, disputavam os espaços com os brasileiros, definidos como “patrícios pretos e mulatos”. Contudo, estes estavam em uma posição de desvantagem pelo fato de que os imigrantes usufruíam de “possibilidades maiores, recursos econômicos e intelectuais maiores”.¹⁰⁶ Em suas palavras,

Já nos referimos a uma vasta porção de estrangeiros que vêm para o Brasil com a rubrica de lavradores, de agricultores. Estão, entretanto, espalhados pelas grandes cidades, entregando-se a outros misteres com prejuízo do elemento indígena – Vem para a lavoura, mas não se localizam lá. E, dentro de poucos dias, estão na cidade como mascates, condutores de malas, vendedores de revistas, de jornais, motoristas etc. Isto tudo, Sr. Presidente, é muito engraçado, mas é uma graça que, em se repetindo, pode tornar-se uma desgraça.¹⁰⁷

Nesse cenário de “desgraça”, o deputado destacou que na Hospedaria da Ilha das Flores encontravam-se “dezenas e dezenas de famílias gregas e italianas” que já haviam comprado as passagens de regresso para os seus países de origem. Tais famílias, “mal selecionadas”, não tinham se adaptado às regiões interioranas do Brasil e o seu

105 Nos pleitos de outubro de 1950 e de 1954, Campos Vergal foi reeleito deputado federal por São Paulo na legenda do Partido Social Progressista. Verbetes biográficos disponíveis no acervo digital do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC): <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/romeu-de-campos-vergal>>. Acesso em: 6 set. 2018.

106 Diário do Congresso Nacional, ano VII, n.220, 21 nov. 1952, p.13339.

107 Diário do Congresso Nacional, ano VII, n.220, 21 nov. 1952, p.13340.

retorno custaria um alto valor para os cofres públicos. Esses movimentos migratórios foram tratados de forma irônica pelo deputado, como podemos constatar no seguinte trecho:

Eles não tem culpa. Vieram fazer um passeio, saindo do vale do Pó e do Peloponeso para conhecer o Novo Mundo à custa dos minguados recursos brasileiros. Bela política de economia e de bom senso! Parabéns, Sr. Ministro das Relações Exteriores! Ora, enquanto lutamos aqui por minguados recursos em favor de famílias pobres brasileiras, necessitadas de tudo, e outros vêm, ficam, estacionam por algum tempo e depois retornam à sua bela pátria com todas as garantias, com o beneplácito das nossas leis e as bençãos dos seus governos.¹⁰⁸

Além da crítica direcionada ao ministro das Relações Exteriores, Campos Vergal ressaltou que as autoridades responsáveis pela política de imigração e colonização deveriam zelar pelo destino do povo brasileiro, demonstrando “um pouco mais de interesse” pelos nordestinos que migravam para a região sul do país, principalmente para São Paulo. Os caminhões paus de arara conduziam dezenas de pessoas pobres, percebidas como uma “gente triste, gente sem proteção nenhuma”. Nesse sentido, o deputado defendia que a Comissão de Imigração e Colonização – considerada uma entidade custosa para os cofres nacionais – deveria fazer “alguma coisa em favor do elemento brasileiro”.¹⁰⁹

Em março de 1953, o senador Onofre Gomes¹¹⁰ proferiu um discurso de contestação sobre os supostos benefícios concedidos

108 Diário do Congresso Nacional, ano VII, n.220, 21 nov. 1952, p.13340.

109 Diário do Congresso Nacional, ano VII, n.220, 21 nov. 1952, p.13340.

110 Onofre Muniz Gomes de Lima foi eleito senador, em 1950, pelo Ceará na legenda da coligação formada pelo Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Social Progressista (PSP). Verbete biográfico disponível no acervo digital do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC): <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/lima-onofre-muniz-gomes-de>>. Acesso em: 6 set. 2018.

aos estrangeiros ao passo que os nordestinos eram tratados de forma injusta e desumana. Atingidos pelos flagelos da seca e pela exaustão dos recursos disponíveis na terra natal, os nordestinos viam-se “forçados a abrir caminho” em busca de ocupação e trabalho que pudessem garantir a sua subsistência e de suas famílias. Por outro lado, Gomes considerava que o governo brasileiro era “generoso” e “humanitário” com os imigrantes agenciados fora do país. Tal generosidade expressava-se nas acomodações da Hospedaria da Ilha das Flores, a qual servia de abrigo para os diversos estrangeiros que desembarcavam no Rio de Janeiro.¹¹¹

Oferecemos-lhes as instalações principescas da Ilha das Flores, capazes de hospedar, sem o menor desdouro, os delfins da época elegante e refinada de Luiz XIV ou de Luiz XV. Para os nossos, entretanto, protesta-se até pelo fato de andarem seminus pelas ruas desta Capital ou de outras cidades. O seu esmolambamento, permitam-me a expressão, como que toca os melindres do recato das populações bem assistidas em virtude de fartos recursos ou de possibilidades que o trabalho lhes propicia.¹¹²

O paralelo traçado pelo senador com a antiga monarquia francesa (marcada por demonstrações de riqueza) buscou reforçar a concepção de que os estrangeiros desfrutavam de privilégios, como a boa acomodação na hospedaria, ao passo que os nordestinos andavam esfarrapados pela capital do país e por outras cidades sem qualquer tipo de assistência oferecida pelo Estado.

111 Diário do Congresso Nacional. Livro 1, p.2292, mar. 1953. Livros dos Anais do Senado da República. Arquivo do Senado. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1953/1953%20Livro%201.pdf. Acesso em: 6 nov. 2018.

112 Diário do Congresso Nacional. Livro 1, p.2292, mar. de 1953. Livros dos Anais do Senado da República. Arquivo do Senado. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1953/1953%20Livro%201.pdf. Acesso em: 6 nov. 2018.

No julgamento do senador, os imigrantes não correspondiam adequadamente à “fraternidade” com que eram recebidos. Um exemplo disso era um caso de polícia que os envolveu. De acordo com Onofre Gomes, alguns imigrantes revoltaram-se nos lugares de hospedagem em São Paulo e entraram em confronto com os policiais. Transferidos para a Ilha das Flores, deram continuidade à sublevação e assaltaram uma lancha do Serviço de Polícia Marítima. Para contê-los foram necessários “um modesto contingente de fuzileiros navais, um pelotão reforçado de polícias especiais e uma companhia da política militar”. A resolução final ocorreu com a aceitação das imposições dos estrangeiros, que demonstravam o desejo de retornar para as suas terras natais.¹¹³

Segundo o senador, estava evidente que ocorriam deturpações no setor de recrutamento de imigrantes que vigorava no Brasil e em outros países do continente americano. Os europeus, acompanhados de suas famílias, vinham para a América a fim de conhecer suas paisagens, frequentemente enaltecidas nos jornais internacionais. Eles se alistavam como imigrantes, viajavam em um “magnífico navio” e realizavam a “visita de sondagem”. Contudo, retornavam à Europa no mesmo navio ou em outro semelhante, pois “não eram homens de trabalho”. Dessa forma, havia “algum ‘pato’ pagando todas essas despesas para pessoas talvez não muito sabidas” e “vigaristas”.¹¹⁴

Uma “lição de verdade” sobre esse tema, conforme o representante do Ceará, apresentava-se na crônica “Águas do mar”,¹¹⁵

113 Diário do Congresso Nacional. Livro 1, p.2292, mar. 1953. Livros dos Anais do Senado da República. Arquivo do Senado. Disponível em: < https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1953/1953%20Livro%201.pdf >. Acesso em: 6 nov. 2018.

114 Diário do Congresso Nacional. Livro 1, p.2292, mar. 1953. Livros dos Anais do Senado da República. Arquivo do Senado. Disponível em: < https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1953/1953%20Livro%201.pdf >. Acesso em: 6 nov. 2018.

115 A crônica foi lida integralmente pelo senador Onofre Gomes e publicada nos Anais do Senado. Sua publicação na edição da revista *O Cruzeiro* está disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader>>.

escrita por Rachel de Queiroz¹¹⁶ e publicada na revista *O Cruzeiro*, em 14 de março de 1953 (Jury, 2017). Na tribuna do Senado, ele leu integralmente essa “página de sátira, que só a ironia feminina é capaz de produzir”.¹¹⁷

O texto de Rachel de Queiroz denuncia as condições precárias enfrentadas pelos nordestinos que, ao fugirem da seca e da miséria, migravam para a região amazônica ou para São Paulo, porém muitos ficavam doentes no percurso e morriam ou eram despejados das tra-seiras dos caminhões, “feito carga sem valor”.¹¹⁸ De forma irônica, a

aspx?bib=003581&PagFis=85668&Pesq=mas%20hoje%20as%20m%-C3%A3es%20j%C3%A1%20n%C3%A3o%20dizem%20que%20os>. Acesso em: 6 nov. 2018.

- 116 Rachel de Queiroz nasceu em Fortaleza, Ceará, no dia 17 de novembro de 1910. Com 45 dias de vida, a família mudou-se para a Fazenda Junco, em Quixadá, uma propriedade da família. Em 1913 retornaram para Fortaleza, onde seu pai foi nomeado promotor. Em 1917, a família foi morar no Rio de Janeiro procurando fugir de uma grave seca que desde 1915 atingia a região. Em 1919 a família retornou para Fortaleza e, em 1921, Rachel de Queiroz ingressou no Colégio Imaculada Conceição, diplomando-se professora com apenas 15 anos. Dois anos depois, Rachel foi convidada para colaborar com o jornal *O Ceará*. Em 1930, com apenas vinte anos, Rachel de Queiroz projetava-se na vida literária do país, pela publicação do romance *O Quinze*, uma obra de fundo social, profundamente realista na sua dramática exposição da luta secular de um povo contra a miséria e a seca. *O Quinze*, lançado na Segunda fase do modernismo representou um importante impulso para o “Romance Regionalista de 30”. A obra, cujo título refere-se à grande seca de 1915, atribui novas dimensões à dramaticidade social. A consagração de Rachel de Queiroz veio em 1931, quando a escritora foi ao Rio de Janeiro receber o “Prêmio Fundação Graça Aranha”, na categoria romance. Ela foi a primeira mulher a entrar para a Academia Brasileira de Letras, em 1977, e a receber o Prêmio Camões. Ver mais: Biografia de Rachel de Queiroz. Disponível em: https://www.ebiografia.com/rachel_queiroz/. Acesso em: 11 set. 2019.
- 117 Diário do Congresso Nacional. Livro 1, p.2292, mar. de 1953. Livros dos Anais do Senado da República. Arquivo do Senado. Disponível em: < https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1953/1953%20Livro%201.pdf >. Acesso em: 6 nov. 2018.
- 118 Diário do Congresso Nacional. Livro 1, p.2292, mar. de 1953. Livros dos Anais do Senado da República. Arquivo do Senado. Disponível em: < https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1953/1953%20Livro%201.pdf >. Acesso em: 6 nov. 2018.

autora realiza uma comparação entre o acolhimento dispensado aos migrantes internos e aos estrangeiros que desembarcavam no Brasil.

Um dos assuntos em que se fala neste país é em emigração e emigrantes. Disputam-se poloneses e alemães, japoneses, russos brancos, seja o que for. Pessoas deslocadas da guerra passada, ex-combatentes nazistas, qualquer europeu escangalhado pela guerra, pelas lutas políticas, instável, descontente, ressentido, talvez completamente irrecuperável pelo muito que sofreu ou pelo muito que viu sofrer, é pretendido aqui, não como dever de caridade para com o irmão vivente em desamparo –, mas como tesouro preciosíssimo –, o braço, o cultivador, o povoador! Xinga-se o governo porque os não manda buscar às centenas de milhares nos campos de deslocados, nas prisões onde os atiraram os tribunais de guerra, nos “slums” das cidades grandes. Carpem-se os prejuízos que a falta deles nos causa, e nunca serão poucos os confortos da Ilha das Flores, as solitudes oficiais, para acolher esses hóspedes bem-vindos. [...] Só o que a gente estranha é não haver interesse idêntico para com o emigrante interno, que afinal de contas está bem mais perto de nós. [...] – será preciso ao nordestino adquirir estatuto de estrangeiro, carteira 19, para ter o direito à acolhida, ao pedaço de terra que plante, à promessa de trabalho, ao asilo para mulher e filhos enquanto procura serviço?¹¹⁹

Onofre Gomes fez questão de sublinhar o trecho da crônica que indicava os atributos positivos dos nordestinos: não possuem nervos arrasados pela guerra; não trazem ódio no seu “coração inocente”; não alimentam preconceitos nem ideias de superioridade; não criam seus filhos falando uma língua estranha nem adorando outra pátria; são sóbrios, laboriosos e férteis, acostumados a todo tipo de trabalho.

119 Diário do Congresso Nacional. Livro 1, p.2292, mar. de 1953. Livros dos Anais do Senado da República. Arquivo do Senado. Disponível em: < https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1953/1953%20Livro%201.pdf >. Acesso em: 6 nov. 2018.

Além disso, o governo não precisava pagar por suas passagens, pois eles “chegam de graça, por seus próprios meios”, e, no final das contas, fazia-se necessário recordar que o nordestino é um cidadão brasileiro, apesar de não o parecer “porque estão derrotados de fome e pobreza”.¹²⁰

Ressaltou-se que os brasileiros não tinham nada contra os estrangeiros e não acreditavam que havia uma “raça boa ou raça ruim”. No entanto, o emprego das negações mencionadas no parágrafo anterior sobre os atributos dos nordestinos infere, de modo subliminar, que os estrangeiros poderiam trazer consigo algumas características consideradas inconvenientes como, por exemplo, ideias de superioridade, preconceitos, traumas de guerra e adoração a outro país.

O senador finalizou a leitura da crônica com o seu último parágrafo, no qual consta o desabafo de um nordestino, “de cara patética, seca e impassível”, segundo o qual a desgraça do cearense tinha sido largar as águas do mar, pois a “estrada só se inventou para cigano e cachorro”. Ninguém dava valor aos que eram transportados em caminhões paus de arara, porém as pessoas que desciam do navio eram respeitadas pelo povo e conseguiam emprego, “até marinheiro ajuda a descer a escada, segurando pela mão...”, em referência direta aos imigrantes que desembarcavam no Brasil.¹²¹

Onofre Gomes apontou que tomou a iniciativa de apresentação do texto elaborado por Rachel de Queiroz com o objetivo de deixar registrado nos Anais do Senado o “protesto delicado e irônico de uma notável escritora cearense” que jamais aprovou as agruras, as desventuras e os sofrimentos dos nordestinos, os quais formavam

120 Diário do Congresso Nacional. Livro 1, p.2292, mar. de 1953. Livros dos Anais do Senado da República. Arquivo do Senado. Disponível em: < https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1953/1953%20Livro%201.pdf >. Acesso em: 6 nov. 2018.

121 Diário do Congresso Nacional. Livro 1, p.2292, mar. de 1953. Livros dos Anais do Senado da República. Arquivo do Senado. Disponível em: < https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1953/1953%20Livro%201.pdf >. Acesso em: 6 nov. 2018.

uma larga corrente de êxodo para as regiões Norte e Sul do país. Ademais, apenas não migravam para o “estrangeiro” por terem certeza de que não encontrariam semelhante “compreensão que seus desventurados emigrantes encontram em nossa pátria”.¹²²

Em agosto de 1953 foi a vez de o senador Kerginaldo Cavalcanti¹²³ apresentar o seu discurso de protesto contra a condição de desamparo em que se encontravam os nordestinos, comparando-a com o acolhimento dispensado aos estrangeiros. Motivado pelo parecer contrário dado pela Comissão de Constituição e Justiça ao projeto n.10, concebido pelo senador João Vilasboas, o qual pretendia regular a assistência oferecida às famílias que fugiam da seca no Nordeste e o seu aproveitamento na colonização, Cavalcanti mostrou-se inconformado com a justificativa de inconstitucionalidade atribuída a tal projeto. Em sua perspectiva, era necessário promover o amparo aos nordestinos que, a contragosto, viam-se “constrangidos a um exílio doloroso em terras distantes” por causa da estiagem.¹²⁴

Para felicidade minha, tenho encontrado consonância no aplauso desta Casa, pelo reconhecimento de que não mais é lícito permitir que nordestinos sejam atirados ao léu da sorte, homens, mulheres e crianças, sujeitos a todos os azares, sem que para eles se volvam os benefícios que, a mãos cheias, se distribuem por italianos, alemães,

122 Diário do Congresso Nacional. Livro 1, p.2292-3, mar. 1953. Livros dos Anais do Senado da República. Arquivo do Senado. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1953/1953%20Livro%201.pdf. Acesso em: 6 nov. 2018.

123 Kerginaldo Cavalcanti de Albuquerque, em 1950, foi eleito senador na legenda do Partido Social Progressista (PSP) pelo estado do Rio Grande do Norte. Verbete biográfico disponível no acervo digital do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC): Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/kerginaldo-cavalcanti-de-albuquerque>>. Acesso em: 6 set. 2018.

124 Diário do Congresso Nacional. Livro 3, p.332, ago. 1953. Livros dos Anais do Senado da República. Arquivo do Senado. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1953/1953%20Livro%203.pdf. Acesso em: 8 nov. 2018.

japoneses enfim por pessoas oriundas de outros países e que aqui chegam acobertadas pela proteção das nações onde viram a luz.¹²⁵

Cavalcanti sublinhava que os nordestinos haviam desempenhado três papéis importantes na vida nacional: histórico, político e colonizador. O primeiro atribuía-se ao enfrentamento e à expulsão dos holandeses no período colonial pelos nordestinos; o segundo referia-se à manutenção da unidade territorial após “essa rebeldia contra o domínio neerlandês”; e o terceiro, à circulação das riquezas do Nordeste. Dessa forma, o Estado deveria assegurar a paz, o bem-estar e a tranquilidade para a população nordestina, que se encontrava “desajustada” e “abandonada” em comparação ao imigrante residente no país. Tal contraposição, segundo o senador, era feita “não porque sejamos hostis à presença do estrangeiro – reconhecemo-lo até indispensável ao nosso progresso”, mas com a intenção de demonstrar as condições adversas enfrentadas pelos nordestinos.¹²⁶

O senador Onofre Gomes, em conformidade com esse discurso, pediu autorização para lhe acrescentar um comentário. Segundo ele, havia uma impressão generalizada de que “as boas terras férteis do centro e sul do país” eram reservadas propositadamente para os “alienígenas” de todas as nacionalidades, negando-as, portanto, aos brasileiros que fugiam das secas. Essa prática fundamentava-se no “tabu antinacionalista” da incapacidade ou da inferioridade de trabalho dos nordestinos e dos “próprios sobreviventes aborígenes do país”. Onofre Gomes, com o objetivo de contradizer o mencionado tabu, ofereceu como exemplo um concurso de produtores de trigo

125 Diário do Congresso Nacional. Livro 3, p.332, ago. 1953. Livros dos Anais do Senado da República. Arquivo do Senado. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1953/1953%20Livro%203.pdf. Acesso em: 8 nov. 2018.

126 Diário do Congresso Nacional. Livro 3, p.332, ago. 1953. Livros dos Anais do Senado da República. Arquivo do Senado. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1953/1953%20Livro%203.pdf. Acesso em: 8 nov. 2018.

no Rio Grande do Sul, no qual o produtor classificado em segundo lugar tinha sido um “índio nativo” daquela região.¹²⁷

Ademais, o representante do Ceará ressaltou que o povo brasileiro não era xenófobo nem adverso ao estrangeiro. O nacionalismo “brando” expresso por ele e por Cavalcanti movia-se no sentido de um apelo simples: “basta que nos tratem em pé de igualdade com os imigrantes que o Brasil manda buscar no exterior”.¹²⁸ Kerginaldo Cavalcanti, ao encerrar seu discurso, afirmou que estava convencido de que o Senado não negligenciaria aos nordestinos o amparo que mereciam, pois esta falta também seria um “miserável crime” contra o próprio país.

Nem existe justificativa para o miserável crime contra o Brasil, de permitir-se que os nacionais sejam tratados como cães [ilegível], atirados no que chamam “paus de arara”, ao léu da sorte, enquanto holandeses, italianos, alemães, japoneses e outros são aqui recebidos da maneira por que ainda há pouco acabou de narrar o nobre representante do Estado do Ceará, Senador Onofre Gomes!¹²⁹

Em 1954, o senador José Ferreira de Sousa¹³⁰ também chamou a atenção para as condições desumanas enfrentadas pelos nordestinos

127 Diário do Congresso Nacional. Livro 3, p.332, ago. 1953. Livros dos Anais do Senado da República. Arquivo do Senado. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1953/1953%20Livro%203.pdf. Acesso em: 8 nov. 2018.

128 Diário do Congresso Nacional. Livro 3, p.332, ago. 1953. Livros dos Anais do Senado da República. Arquivo do Senado. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1953/1953%20Livro%203.pdf. Acesso em: 8 nov. 2018.

129 Diário do Congresso Nacional. Livro 3, p.333, ago. de 1953. Livros dos Anais do Senado da República. Arquivo do Senado. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1953/1953%20Livro%203.pdf. Acesso em: 8 nov. 2018.

130 Empossado em fevereiro de 1946, José Ferreira de Sousa foi eleito senador pelo Rio Grande do Norte à Assembleia Nacional Constituinte, na legenda da UDN. Líder da bancada udenista no Senado em 1952, atuou como delegado brasileiro nas assembleias gerais da Organização das Nações Unidas.

desde o momento em que decidiam migrar para outras regiões do país. Castigados pelas secas e pelo solo improdutivo de sua região, eles eram obrigados a se deslocar “para outros climas mais felizes”. Caberia ao governo, portanto, amparar e direcionar a migração dos milhares de nordestinos que saíam de seus estados em direção ao sul do país, onde deveriam ser imediatamente encaminhados para as zonas de produção agrícola ou para outro tipo de atividade. Para o senador, esse amparo estatal poderia findar com a “nova forma de tráfico servil”, caracterizada pela venda e entrega de nordestinos a determinadas fazendas de Minas Gerais e Goiás, das quais não podiam sair até pagarem, por meio de salários miseráveis, o valor cobrado pelo trajeto percorrido na maioria das vezes em caminhões pau de arara.

A crítica de Sousa aos poderes públicos referia-se à negligência com que era tratada a situação do trabalhador nacional e das migrações internas. O governo, que buscava proporcionar oportunidades de emprego e garantir a propriedade ao imigrante, também deveria “olhar para os miseráveis do país” e lhes assegurar os meios de um trabalho digno e livre. Ao mesmo tempo, o representante do Rio Grande do Norte admitia que era preciso empregar recursos no controle e na orientação da imigração estrangeira com o objetivo de

[...] receber braços adestrados, técnicos em maior número para as indústrias, homens mais adiantados, no trato da coisa agrícola, e por que recebamos, cada vez mais, essa grande colaboração de sangue da raça branca que a Europa nos pode mandar, contribuindo para a manutenção do teor da nossa gente e para o nosso maior progresso.¹³¹

Concluindo o mandato em janeiro de 1955, não retornou ao Senado. Verbetes biográficos disponíveis no acervo digital do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC): Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-ferreira-de-sousa>>. Acesso em: 6 set. 2018.

131 Diário do Congresso Nacional. Livro 3, p.519, mar. de 1954. Livros dos Anais do Senado da República. Arquivo do Senado. Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf-digitalizado/Anais_Republica/1954/1954%20Livro%203.pdf. Acesso em: 2 abr. 2018.

Considerando-se os discursos analisados, podemos concluir que alguns governantes reivindicaram o amparo e a proteção para o trabalhador nacional, especialmente ao migrante nordestino, argumentando que o Estado deveria oferecer boas condições ao longo do percurso nordeste-sul do país e encaminhar as migrações internas para as zonas de produção agrícola ou para outro tipo de atividade. Em contrapartida, alguns representantes do poder Legislativo enfatizaram os aspectos positivos da seleção e admissão de imigrantes europeus, definindo-os como trabalhadores disciplinados, hábeis, capazes de elevar o nível da produção nacional e de beneficiar as atividades industriais, bem como o desenvolvimento das colônias nascentes. Além disso, o operário imigrante, conhecedor de técnicas e métodos avançados, era considerado como um “elemento” de progresso para o Brasil, contribuindo para a formação profissional do trabalhador nacional por meio da “transmissão” de sua experiência e competência.